



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur
global”

Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Mesa Temática 32: Cultura Política e Democracia na América Latina

A PERCEPÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS SOBRE A CONFIABILIDADE DAS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS

Beatriz de Paula Silva Ribas (UFMG)

Cleber Ranieri Ribas de Almeida (USP)

Resumen

A percepção do contínuo decréscimo da confiança institucional nos países industrializados e nos países em desenvolvimento tornou-se tema central na agenda dos estudos sobre comportamento político e opinião pública. Nesse contexto, este trabalho pretende analisar o caso brasileiro a fim de compreender como está o sentimento dos cidadãos em relação à confiabilidade das instituições. Para tanto, realizaremos uma análise comparativa da distribuição da confiança institucional a partir de fatores culturais e socioeconômicos. Utilizaremos os dados disponibilizados no survey *Barômetro das Américas* (2012-2014). A exposição dos indicadores mostrará como os brasileiros julgam as instituições do seu sistema político a partir de um grau de desconfiança geral até um grau de muita confiança.

Palavras-chave: Confiança; Instituições Políticas; Brasil; Cultura Política.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

INTRODUÇÃO

A confiança nas instituições políticas está em declínio em grande parte dos países do mundo. Quaisquer dos índices de mensuração que possamos cotejar, todos evidenciam em números uma mesma realidade, sejam os índices dos países desenvolvidos e democraticamente consolidados, sejam os índices dos países em desenvolvimento e com débil tradição democrática.

A comunidade internacional de cientistas políticos, em diversas das suas linhas de pesquisa, vê-se assim obrigada a explicar um paradoxo: à medida que os regimes democráticos tornam-se mais difusos e sólidos em diversos países do mundo, mais rebaixados se apresentam os índices de confiança. É cada vez maior o número de países que adotam regimes democráticos, e, concomitantemente, são cada vez mais baixos os índices de confiança nas novas e velhas democracias. Quanto mais democracia há, mais desconfiança se lança sobre as instituições democráticas.

As explicações para este problema ramificam-se em diversas linhas de pesquisa. Ora a desconfiança é explicada a partir do tema da “crise da representação política”, ora é explicada pelo desempenho conjuntural dos governos, ora é explicada pela precariedade das poliarquias. Também diversos vieses ideológicos se fazem persuasivos para explicar os fundamentos institucionais da confiança: ora fundam-se na participação cívica republicana, ora são as instituições coercitivas da Lei que os sustentam. O decréscimo das taxas de confiança política e interpessoal em regimes democráticos consolidados causa preocupação aos estudiosos quanto à possibilidade desse declínio interferir na estabilidade do regime. Em geral, quer-se investigar os possíveis efeitos de tal *déficit* de confiança sobre o futuro da democracia.

Comparadas às democracias consolidadas da América do Norte e da Europa Ocidental (também denominadas *poliarquias ricas*¹), as democracias sul-americanas encontram-se ainda num processo de afirmação de suas instituições. Os índices de confiança nas instituições políticas nesta região, conforme é possível verificar, por exemplo, nos *surveys* do *Latinobarômetro* em série histórica, evidenciam a inquestionável distância entre a realidade do norte afluyente e do sul recém-egresso de regimes ditatoriais. Lopes (2003), ao observar as análises de Marta Lago (2000), feitas a partir dos dados do *Word Values Survey* (1990), confirma essa proposição ao

¹ Power & Jamison, 2005.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

afirmar que uma comparação com os países desenvolvidos mostra o grau de assimetria alarmante no que diz respeito às taxas de confiança na América Latina.

Diante desse contexto, nos voltaremos especificamente para o caso brasileiro a fim de compreender como está o sentimento dos cidadãos em relação à confiabilidade das instituições. Para tanto, realizaremos uma análise comparativa da distribuição da confiança institucional a partir de fatores culturais e socioeconômicos. Utilizaremos os dados disponibilizados no survey *Barômetro das Américas* (2012-2014). A exposição dos indicadores mostrará como os brasileiros julgam as instituições do seu sistema político a partir de um grau de desconfiança geral até um grau de muita confiança.

O artigo que ora apresentamos organiza-se em três partes além desta introdução e da conclusão. Primeiramente, discorreremos, de maneira sucinta, as vertentes explicativas da confiança política. Em seguida, veremos como este assunto é abordado no contexto latino-americano. Depois, passaremos para a exposição e interpretação dos dados. Com isso, poderemos verificar a evolução dos indicadores e concluir se houve ou não alterações a partir de uma comparação entre os dois períodos. Feito isso, apresentaremos a distribuição dos índices de confiança política tendo em vista algumas variáveis que compõem parte de nossos dados, e os resultados serão representados por diagramas de frequência. Em resumo, será feita uma breve descrição dos dados e a apresentação da distribuição da confiança conforme as respectivas instituições. Quanto às instituições políticas brasileiras analisadas, quatro foram definidas: o Judiciário, o Congresso, o Executivo e os partidos políticos. O critério de seleção dessas instituições deu-se em razão de considerá-las as mais representativas do regime democrático brasileiro, bem como em razão da disponibilidade dos dados.

1. Confiança Política: vertentes explicativas

O debate atual sobre confiança política situa-se entre duas tradições teóricas distintas as quais buscam explicar não apenas a variação do padrão de confiança nas instituições políticas, mas também a correlação entre confiança e democracia. De um lado, encontram-se as *teorias culturalistas* que defendem princípios republicanos, tais como a defesa da democracia como valor cívico e o determinismo da participação política enquanto variável fundamental na estabilidade do regime democrático. De outro, as *teorias institucionalistas* as quais advogam, em geral, princípios liberais, tais



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

como a defesa das instituições legais de regulação e controle entre os poderes. Neste caso, crê-se no determinismo das instituições enquanto agentes de estabilização dos regimes democráticos, ou ainda, enquanto reguladores do comportamento dos cidadãos e dos governantes.

Tais abordagens analíticas — *culturalistas* e *institucionalistas* — constroem suas hipóteses a respeito da origem da confiança, bem como a respeito dos fatores que a determinam. O objetivo de ambas as abordagens, ao fim e ao cabo, é compreender as implicações do grau de confiança política na estabilidade e consolidação dos regimes democráticos.

Em geral, as primeiras pesquisas sobre o tema² verificaram a relação entre a confiança política e democracia tendo como contexto de análise os países com longa tradição democrática. Atualmente, é possível observar que o núcleo das análises mudou. Pesquisadores buscam entender melhor esta relação — confiança política e democracia — nas democracias recentes e em processo de consolidação. Nesse âmbito, os países do contexto latino-americano se destacam, uma vez que seus indicadores constituem um cenário privilegiado para examinar as variáveis determinantes na consolidação dos regimes democráticos. Trata-se de um cenário oportuno para tal investigação.

O problema torna-se mais significativo diante da constatação de que em democracias recentes há uma predisposição à desconfiança política. Regimes democráticos tornam visíveis, por exemplo, casos de corrupção ou situações de uso privado de recursos públicos. Quer dizer, tornam visíveis expedientes e situações outrora ocultas pelo arcano de regimes autoritários. A opinião pública, ao divulgar tais casos, estimula a formação de juízos de desqualificação dos agentes e instituições políticas. Ademais, a transição de um regime para o outro, acarreta mudanças no campo político e no campo econômico. Além, da pouca experiência com o governo democrático.

2. Confiança Política na América Latina

Em meio a esta discussão sobre confiança política, o caso específico da América Latina adquire uma denotação particular não apenas porque nos remete a

² Putnam (1993), Almond e Verba (1963; 1989), Inglehart (1998).



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

casos de regimes democráticos recém-consolidados, mas também porque os índices de confiança interpessoal e política estão entre os mais baixos dentre os países estudados por diversos *surveys*. Esse contexto atraiu a atenção de vários pesquisadores³ que passaram a dedicar seus esforços à tarefa de compreender não apenas os fatores que determinam a confiança interpessoal e a confiança política, mas também, seus efeitos para as democracias latino-americanas.

Como sabemos, as recentes democracias da região apresentam volatilidade nas formações e organizações partidárias e ainda enfrentam sérias crises econômicas (Lagos, 2000). Quer dizer, estes países não possuem estabilidade nos processos políticos, além de apresentarem arranjos institucionais frágeis, dentre outros problemas (O'Donnell, 1998). Ou ainda, como já afirmaram Power e Jamison (2005), não têm o reservatório de legitimidade que as democracias mais antigas e consolidadas possuem.

Segundo a economista Marta Lagos (2000), os regimes democráticos da América Latina tendem a desconsiderar as instituições autoritárias que os antecederam. Além disso, as mudanças econômicas realizadas a fim de contornar crises tiveram efeitos não só na economia, mas também, no âmbito político. Isso porque não é possível obter “estabilidade sem crescimento econômico, e crescimento sustentado é impossível sem bases institucionais sólidas” (Lagos, 2000, p. 04).

Além destes fatores agravantes, quando tratamos do contexto latino-americano, outro elemento deve ser levado em conta: a cultura política. Sabendo disso, e ao considerar variáveis da cultura política da região, Lagos confirmou, por meio da análise dos dados do *Latinobarómetro* de 1995, que a região possui uma cultura cívica e política comum, apesar das particularidades de cada país. Foram consideradas como as principais características (comuns aos dezessete países): o *déficit* de confiança interpessoal⁴, a descrença na honestidade das pessoas e na obediência às leis. Estes resultados indicam, em hipótese, que a confiança interpessoal tem sérias implicações para a confiança institucional, reforçando a tese

³ Em se tratando do caso latino-americano, temos como referências os trabalhos de Lúcio Rennó (1998, 2000, 2001, 2003, 2011), Marta Lagos (2000) Mitchell Seligson e John Booth (2006), Eisenberg e Feres Júnior (2006), José Álvaro Moisés e Rachel Meneguello (2013), Marcello Baquero (2002), entre outros pesquisadores contemporâneos.

⁴ Os dados da sua análise confirmaram que, no geral, cerca de 10 a 25% das pessoas confiam em outras (Lagos, 2000, p. 05).



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

culturalista de que a pouca ou a ausência de confiança social explica a baixa confiança nas instituições⁵.

Um dos argumentos que merece destaque é o fato de que a desconfiança parece estar “institucionalizada” na América Latina. Acerca disso, Marta Lagos acrescenta alguns exemplos interessantes:

as burocracias latino-americanas - tanto públicas como privadas - requerem certidões e provas de boa-fé. Em alguns países, é necessária a “certidão de sobrevivência” para provar que se está vivo. Pode-se entrar num banco com dinheiro em mãos e ser informado que não se pode abrir uma conta para depositá-lo porque não há ninguém para “recomendá-lo”. (Lagos, 2000, p. 07)

Já os pesquisadores Edward Muller e Mitchell Seligson (1994), concluíram que a confiança interpessoal e a confiança política, na América Latina, apresentam baixos indicadores devido ao *déficit democrático*, sobretudo quanto à estabilidade do regime. Para eles, a explicação para a instabilidade das democracias latino-americanas não deve limitar-se a fatores como a confiança interpessoal. As explicações devem abranger características macro-estruturais do sistema, e não simplesmente apararem-se em crenças individuais.

Em *Desconfiança política na América Latina* (2005), Timothy J. Power e Gisele D. Jamison (2005) tentaram examinar o contexto, as causas e os efeitos da desconfiança política na América Latina, sobretudo quanto aos políticos. Para tanto, suas análises englobaram os dados de 1990 até 2005. Neste estudo, eles entenderam que a percepção que os cidadãos têm das ações dos governantes e/das elites políticas, isto é, dos políticos profissionais, pode ter efeitos não apenas na legitimidade, mas também, na confiança política no regime e suas instituições. Destacaram ainda a tendência de distinção do ajuizamento que os cidadãos fazem entre as ações dos políticos e a avaliação que fazem da democracia como um sistema político de governo. Este estudo, portanto, demonstra mudanças no nível crítico de análises dos indivíduos.

⁵ Um importante dado encontrado por Marta Lagos é que nenhum dos índices referentes à confiança nas instituições mostrou-se significativamente mais alto do que a confiança entre os cidadãos. A única instituição que não se enquadrou nesse caso foi a Igreja Católica (43%).



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Apesar dos indicadores apresentarem uma tendência à desconfiança, e mesmo sendo esta a realidade na maior parte dos países, o que mais nos chama atenção neste estudo, é a postura adotada por Power e Jamison. Ao contrário da visão de que a desconfiança política representa um problema do qual a democracia não poderá contorná-lo futuramente, eles alegam que esta é meramente uma “visão alarmista”.

No entanto, isso não quer dizer que este não seja um motivo de preocupação. Como sabemos, trata-se de uma análise sobre democracias novas, ou seja, em desenvolvimento, diferentemente de democracias industriais consolidadas e mais avançadas. Esta ressalva é importante para enfatizar que a desconfiança política pode surtir consequências diferentes a depender do seu contexto social, econômico e político.

Além desses fatores mencionados acima, podemos acrescentar, nesse conjunto de possibilidades, fatores concernentes a aspectos culturais, mais especificamente à cultura cívica, tais como baixa confiança interpessoal, pouco interesse no associativismo cívico ou político, na participação política etc. O que nos leva a confirmar que ainda há muito a ser debatido para que estas imprecisões sejam resolvidas. Fato este que a literatura especializada, em geral, não nega.

O caso do Brasil, especificamente, revela que embora a maior parte dos brasileiros prefira a democracia, cada vez mais eles desconfiam das suas instituições, principalmente dos partidos políticos, do Congresso Nacional e do Judiciário (Moisés, 2010). Quanto aos baixos níveis de participação política, Moisés julga serem eles decorrentes da pouca confiança interpessoal. A hipótese do estudioso é que, quanto maior o sentimento de desconfiança em relação ao outro, maior será a desmotivação dos brasileiros quanto a participar dos assuntos relacionados à política. Os resultados deste trabalho mostram que no Brasil os níveis mais altos de confiança interpessoal ficam limitados à família. Os outros níveis, mais baixos, estão relacionados a outros ciclos de convivência como, por exemplo: vizinhos, amigos, frequentadores de igreja, colegas de trabalho etc.

A confiança política refere-se ao quanto o regime democrático age em consonância com o que é esperado e reivindicado pela população. Assim, confiar em um sistema político e em suas instituições implica dizer que o sentimento que os cidadãos possuem é de que as suas expectativas são atendidas. A confiança está diretamente relacionada à ação futura do objeto da confiança, quer dizer, a confiança está diretamente ligada à *expectativa* e à *promessa*. Em termos correlatos, a



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

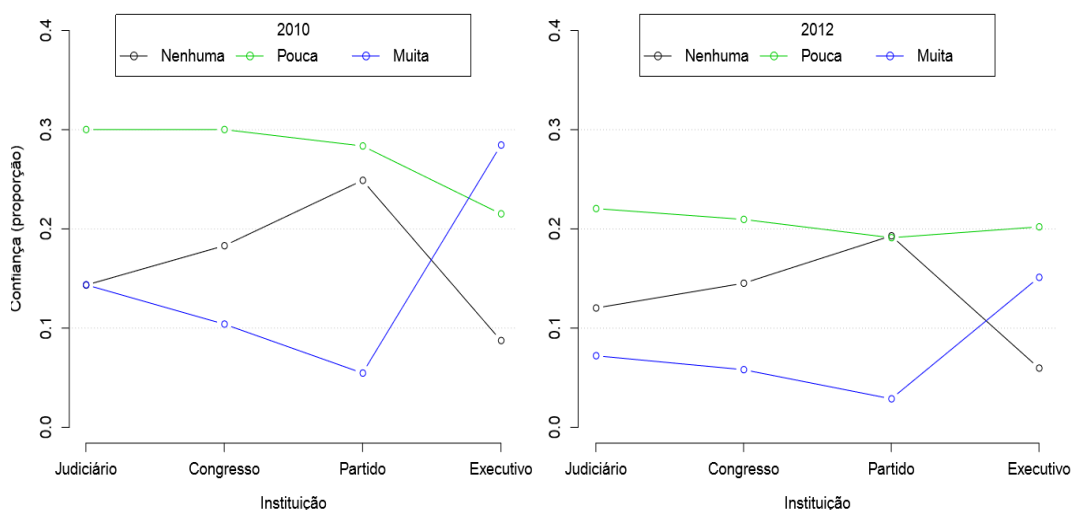
dimensão política da confiança está estritamente associada às expectativas e às perspectivas dos cidadãos em relação às instituições democráticas.

3. Percepção dos cidadãos brasileiros em relação à confiabilidade das instituições: apresentação dos dados

Apresentaremos neste tópico os índices de confiança nas quatro instituições políticas mediante três categorias: “nenhuma”, “pouca” e “muita”. O primeiro gráfico refere-se ao ano de 2010 e o segundo refere-se a 2012. Os dados foram coletados a partir do *Barômetro das Américas* — um *survey* bianual, realizado desde 2004, baseado em amostras probabilísticas que incluem países da América do Norte, América Central, América do Sul e Caribe — foi nossa fonte primária de dados. Apesar da regularidade bianual⁶, as variáveis foram coligidas a partir de duas ondas de entrevistas: uma realizada em 2010 e outra em 2012.

Vejamos como se apresentou a confiança dos brasileiros durante esse período:

Gráfico 1: Grau de Confiança nas Instituições, 2010 – 2012 (em proporção)



⁶ Embora as pesquisas do Barômetro das Américas sejam feitas desde de 2004, o Brasil só foi incluído a partir das ondas de 2004. Sendo assim, ele aparece em todas as ondas de pesquisas seguintes (2004-2008-2010-2012). Mas apenas nos dois últimos encontramos todas as variáveis que delimitamos com as devidas informações.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Os resultados evidenciam que houve um decréscimo na confiança nas instituições da democracia brasileira de um ano para o outro. Quanto à primeira instituição — o Judiciário — em 2010, aproximadamente 15% dos cidadãos declarava “não ter confiança alguma”; 30% “confiava pouco”, e o grau de “muita confiança” perfazia 15% dos entrevistados. Enquanto em 2012, 13% dos brasileiros não confiava no Judiciário, 23% “confiavam pouco”, e menos de 10% dos brasileiros declarava ter “muita confiança” nesta instituição. Ou seja, percebe-se um declínio progressivo dos indicadores.

No que diz respeito ao Congresso Nacional, ao comparamos os dois anos, concluímos os de 18% de cidadãos que não confiavam na instituição passaram para 14% em 2012; o índice de pouca confiança correspondia a 30% (dado semelhante ao do Judiciário), porém decaiu para 21%; e o percentual de 11% dos que afirmavam ter muita confiança no Congresso decaiu para 9%.

Quanto aos Partidos Políticos, 25% dos cidadãos totalizava nenhuma confiança em 2010; enquanto esse número passou para 20% no segundo período, em 2012. O nível de “pouca confiança” era o equivalente a 29% e passou para 20%, respectivamente. O nível “muita confiança” alcançou somente 9% no ano de 2010 e diminuiu para cerca de 7% em 2012. Esses números mostram que os Partidos detêm pouquíssima confiança dos brasileiros.

Os dados verificados para o Executivo são os seguintes: em 2010, 10% dos brasileiros não confiava na instituição; 25% confiavam pouco e 29% tinham muita confiança. Já em 2012 apenas 9% dos cidadãos não confiavam no Executivo, ao passo que 22% confiavam pouco e 15% declaravam ter muita confiança na instituição.

Por fim, esses resultados apontam que, apesar do decréscimo no grau de confiança, o Executivo apresenta-se como a instituição na qual os brasileiros mais confiam durante o período em análise. Em contrapartida, os Partidos Políticos são os que menos detêm confiança, tendo em vista que cerca de 25% e 20% dos cidadãos não possuía confiança alguma neles.

Feita a comparação dos indicadores de confiança política nas quatro instituições democráticas brasileiras, apresentaremos algumas associações entre o índice de confiança com outras variáveis, as quais serão representadas por diagramas de frequências.

Organizaremos este tópico por instituição: Judiciário, Congresso Nacional, Executivo e Partidos Políticos. As variáveis as quais iremos correlacionar à confiança



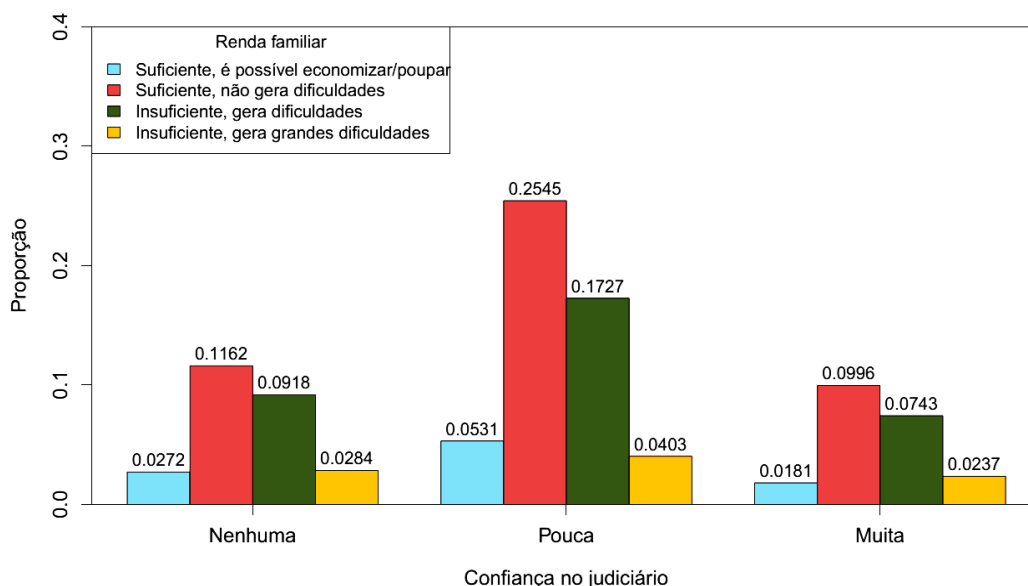
II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

são: i) renda familiar, ii) sexo; iii) zona; iv) participação em reunião de uma associação de bairro; v) interesse por política; iii) simpatia por Partido Político e iv) confiança interpessoal.

3.1. Distribuição da confiança no Judiciário

Gráfico 2: Confiança no Judiciário de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)



O gráfico mostra, primeiramente, que, dentre as pessoas que consideram sua renda suficiente e com possibilidade de fazer economias, 3% declararam não ter confiança no Poder Judiciário; 5% declararam ter “pouca confiança” e apenas 2% consideraram ter “muita confiança”.

Dos que possuem uma renda suficiente e não passam por dificuldades, 12% não confiam na instituição; 25% confiam pouco e 10% confiam bastante. No que concerne aos brasileiros com renda familiar insuficiente às suas necessidades e que, por isso, passam por dificuldades, 17% confiam pouco, seguidos de 9% que não acreditam que a instituição corresponda às demandas sociais. Por fim, 7% não confiam de forma alguma no Judiciário.

Quanto aos brasileiros com renda insuficiente, os quais passam por grandes dificuldades, estes apresentam os menores indicadores nos três níveis de confiança



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

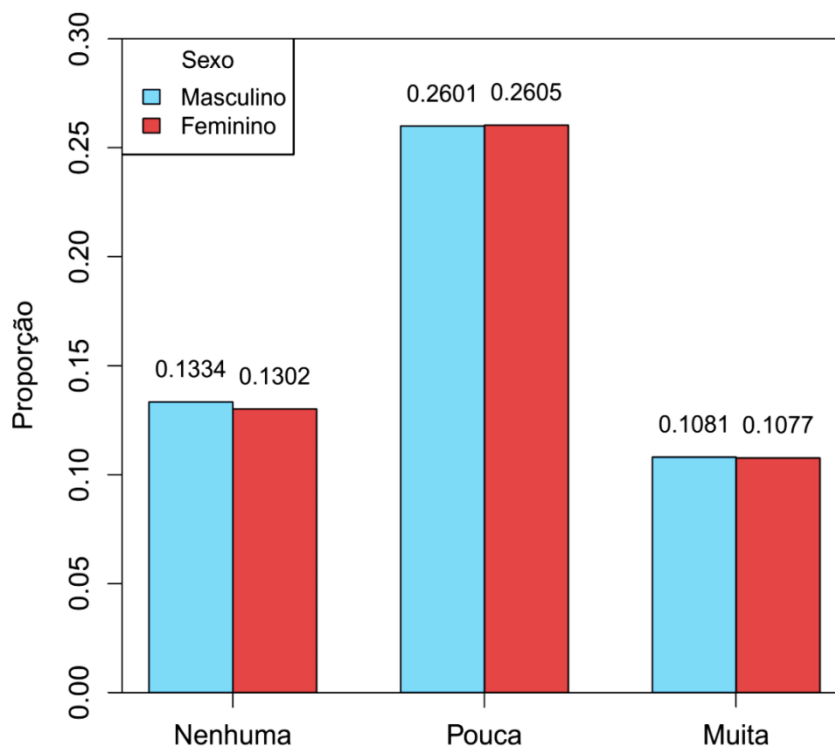
analizados. 3% não têm confiança, 4% têm pouca confiança e apenas 2% julgaram a instituição “muito confiável”.

Com esses resultados, podemos observar que, aqueles que mais confiam na instituição tem renda considerada suficiente, isto é, não vivem dificuldades financeiras. Destes, 10% julgam a instituição do Judiciário muito confiável. Em contrapartida, estes também representam a maior parcela dos que mais desconfiam da instituição (12%).

Um dos dados que nos chamaram a atenção refere-se a dois grupos extremamente opostos quanto à renda que auferem: os brasileiros com renda suficiente, a ponto de poupar, e os brasileiros com renda insuficiente, os quais passam por dificuldades de subsistência. Ambos têm um indicador comum: 3% julgaram o Judiciário não confiável.

Quando a associação é feita com a variável “sexo”, os dados não se apresentam de forma tão díspares, de modo que chegam a compor a mesma proporção. Observe:

Gráfico 3: Confiança no Judiciário de Acordo com o Sexo (2010-2012)



A proporção de homens e mulheres que não confiam no Judiciário equivale a 26%, distribuída em 13% respectivamente para cada sexo. Ademais, pouco mais da

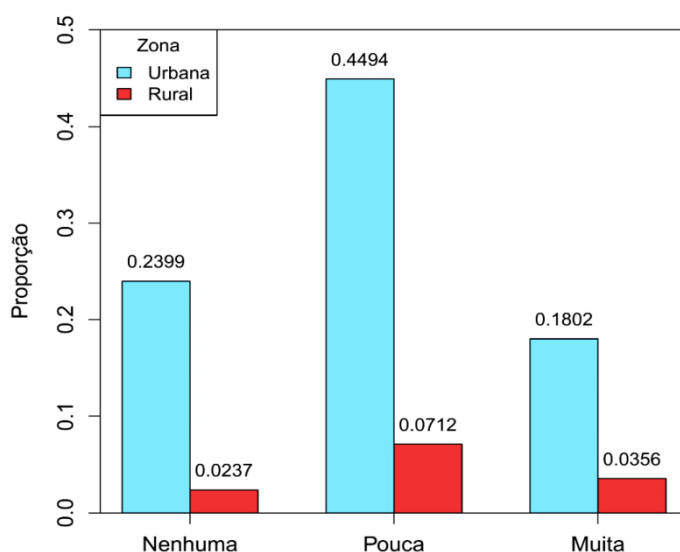


II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

metade dos brasileiros, isto é, 52% possuem pouca confiança. Os dados evidenciam também que somente 22% julgam a instituição muito confiável (11% para os homens e 11% para as mulheres). Logo, vê-se que as pessoas, independente do sexo, tendem a confiar pouco no Judiciário.

Gráfico 4: Confiança no Judiciário de acordo com a Área Geográfica (2010-2012)



Ao verificarmos a distribuição da confiança no Judiciário a partir das áreas geográficas (urbana e rural), encontramos dados bastante divergentes. Em geral, os brasileiros que vivem na zona urbana confiam mais na instituição, enquanto os que vivem nas zonas rurais são os que mais desconfiam. Entretanto, faz-se uma ressalva para o grau correspondente a nenhuma confiança: os moradores de zona urbana apresentam um alto índice, ou seja, 24% declaram não ter confiança alguma no Judiciário em comparação a 2% apenas daqueles que moram nas zonas rurais.

No que diz respeito aos demais dados: de um lado, a zona urbana apresenta 45% para pouca confiança e 18% para muita confiança. De outro, a zona rural apresenta 7% para pouca confiança e apenas 4% para muita confiança. Apesar de serem indicadores bastante distintos, devemos levar em conta o contingente

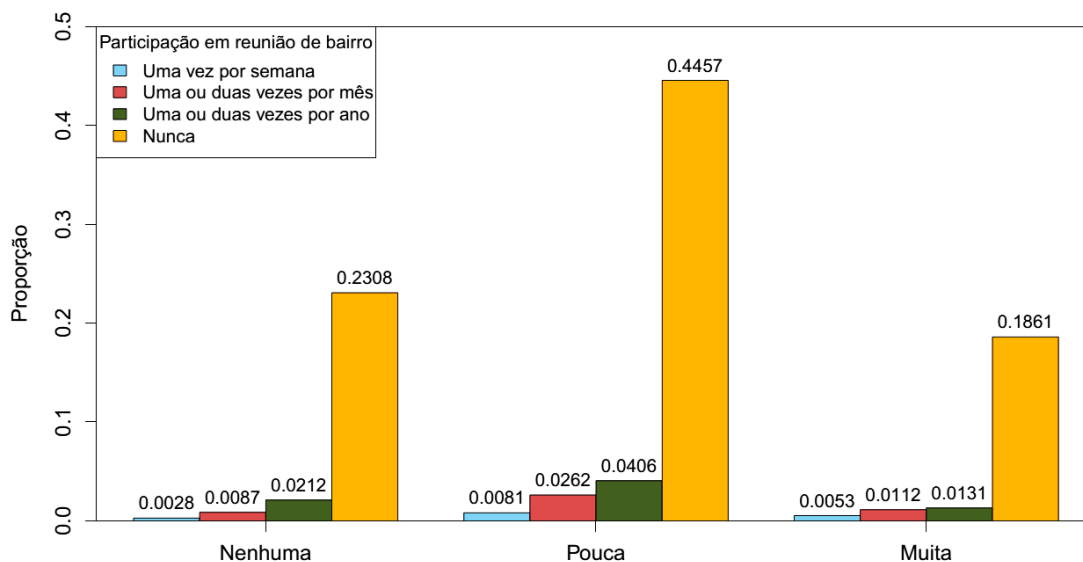


II Congresso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

populacional de ambas as regiões. Segundo o Censo 2010⁷ do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira estava distribuída da seguinte forma: na zona urbana eram 160.925.792 de pessoas (84%) e na zona rural eram 29.830.007 (16%).

Gráfico 5: Confiança no Judiciário de Acordo com a Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)



Em uma análise acerca da confiança no Poder Judiciário por parte de pessoas que tem o hábito (ou não) de participar de reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade, hierarquizamos a frequência de participação em quatro níveis: “uma vez por semana”, “uma ou duas vezes por mês”, “uma ou duas vezes por ano” e “nunca”.

Os dados se comportam de forma não muito destoantes na maioria dos casos, variando de 0% a 4% de confiança. Os brasileiros que participam uma vez por semana em reuniões desse tipo são a minoria, pois representam apenas 2% dos entrevistados.

⁷ Informação encontrada no site do IBGE sobre “População nos Censos Demográficos, segundo as Grandes Regiões, as Unidades da Federação e a situação do domicílio - 1960/2010”. Para saber mais ver: < <http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>>. Acessado em 29 de março de 2016.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

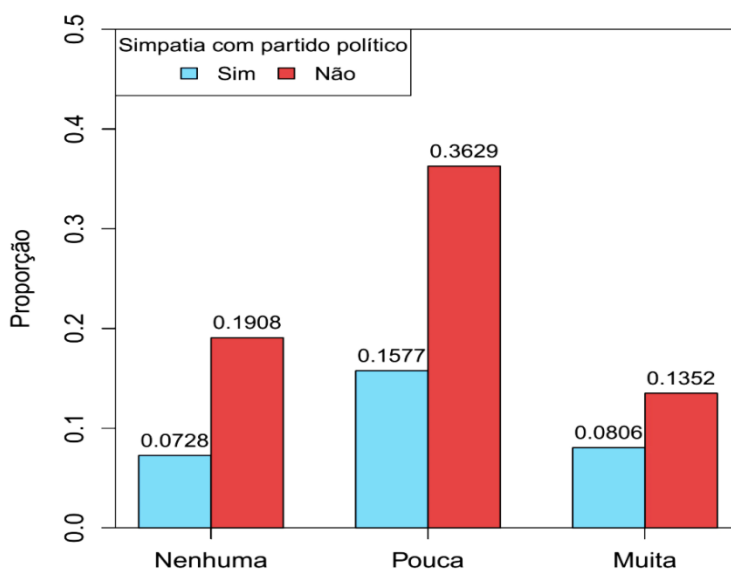
E, por consecuencia, são aqueles com os mais baixos índices de confiança (tendo em vista a porcentagem total). Todos eles confiam, seja “pouco (1%) ou “muito” (1%), no Judiciário, considerando que ninguém afirmou não ter confiança (0%).

A maioria é representada por aqueles que nunca frequentaram ou frequentam reuniões de bairro ou outras reuniões para melhorias da sua localidade. Por esse motivo, os dados com valores mais altos provêm de suas respostas. Por exemplo, 23% não confiam no Judiciário, ao passo que 19% declaram “confiar muito”. Nesse caso, a pouca confiança detém índices mais altos, totalizando 49%. Ou seja, quase a metade dos brasileiros que não se interessam por essa modalidade de participação cívica confiam pouco no Judiciário.

A despeito dessa situação, 2% tendem a ter uma frequência de uma vez por semana, como já dissemos; 5% procuram participar uma ou duas vezes por mês; 7%, uma ou duas vezes por ano. Logo, constituem-se a minoria da sociedade brasileira, totalizando apenas 14%. Logo, fica evidente que o brasileiro é um tanto indiferente quanto a ser participativo em associações cívicas. E, quanto menor a participação, maiores são os índices de confiança no Judiciário brasileiro.

Diante desta constatação, apresentaremos abaixo a confiança no Judiciário associada à simpatia partidária.

Gráfico 6: Confiança no Judiciário de Acordo com a Simpatia Partidária (2010-2012)





II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

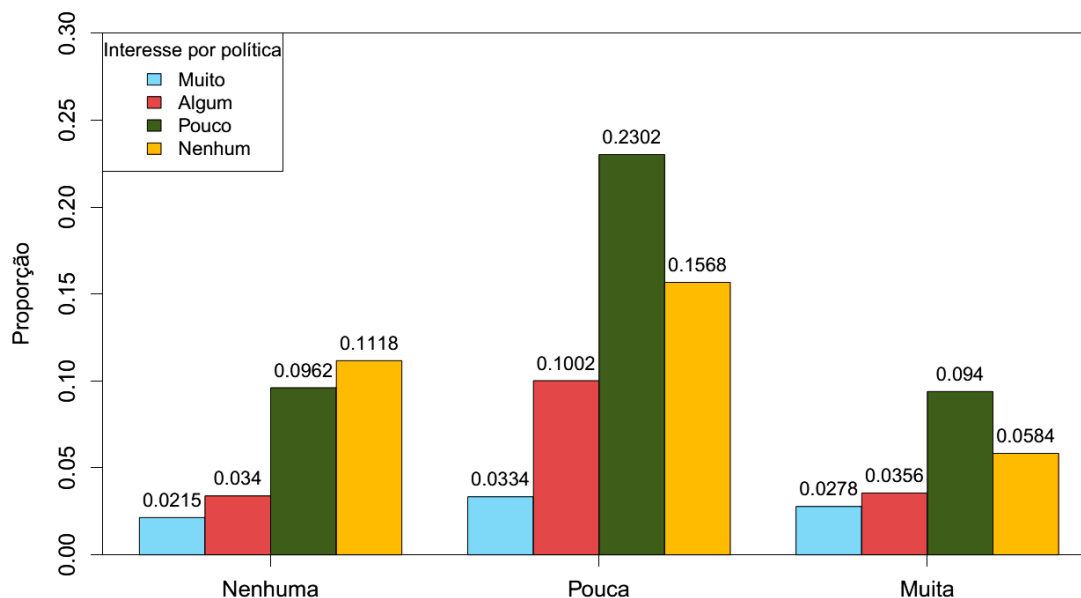
Quando o que está em questão é se o brasileiro simpatiza ou não com algum partido político, apenas 31% dos brasileiros tinham simpatia partidária no período de 2010 a 2012. A maior parte dos cidadãos brasileiros (69%) declarou não ter qualquer identificação partidária.

No que concerne à confiança política, os dados apresentam-se de forma bastante diferentes em cada caso. Dos brasileiros que não se identificam com nenhum partido, 19% não confiam no Judiciário; 36% confiam pouco na instituição e 14% a veem como “muito confiável”. Dentre os que afirmam simpatizar com algum Partido Político, 3% não confiam; 4% confiam pouco e apenas 2% confiam muito no Judiciário.

Em todos os casos, os maiores índices, nos três níveis de confiança, dizem respeito aos brasileiros que não possuem identificação partidária. Proporcionalmente, são eles os que mais confiam no Judiciário.

Gráfico 7: Confiança no Judiciário de acordo com o Interesse por Política

(2010-2012)



No que diz respeito ao interesse dos cidadãos brasileiros pelos assuntos relacionados à política, os que afirmam ter muito interesse correspondem a 8%, dos quais 2% não confiam de forma alguma no Judiciário; 3% confiam pouco e, igualmente, 3% tem muita confiança na instituição. Logo, são os que menos confiam na instituição. Em segundo lugar, os brasileiros que declaram ter algum interesse nas



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

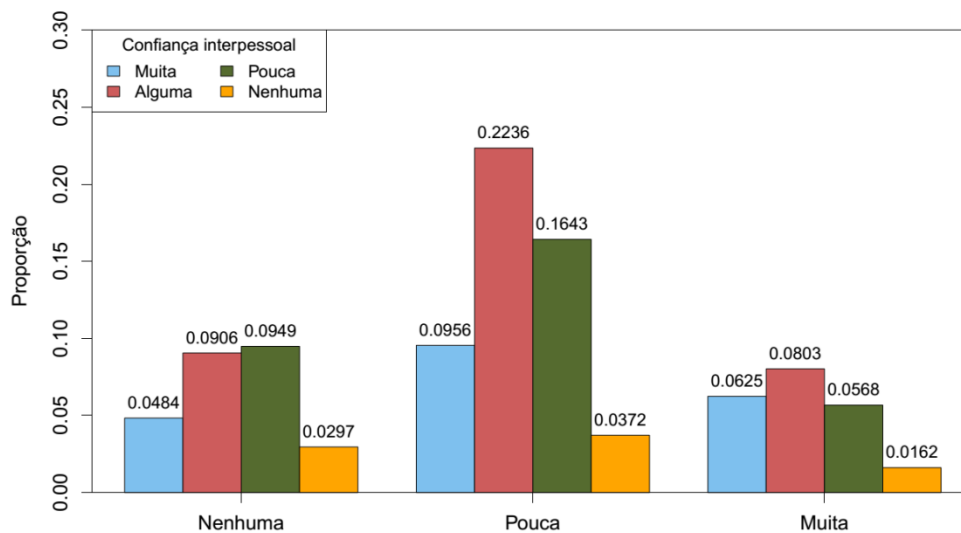
“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

questões políticas correspondem a 17% dos índices de confiança. Desse total, 3% não confiam; 10% confiam pouco e 4% acreditam que o Judiciário é muito confiável.

Em contrapartida, a maior porcentagem concentra-se em “pouca confiança” (42%), na qual o menor índice relaciona-se àqueles que possuem “muito interesse” (9%) por política, e o maior se refere a “pouco interesse por política” (23%).

Em sequência, o segundo maior indicador de confiança refere-se aos brasileiros que declaram não ter interesse nessa área. De acordo com os dados, 11% não confiam; 16% confiam pouco e 33% consideram a instituição muito confiável. Assim, é possível concluir que a confiança depositada no Poder Judiciário brasileiro varia muito de acordo com o interesse dos cidadãos quanto às questões políticas.

Gráfico 8: Confiança no Judiciário de acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)



O último gráfico deste tópico demonstra como a confiança no Judiciário se apresenta a partir da confiança interpessoal. Os índices mais baixos dizem respeito àqueles que não confiam em seus concidadãos. Eles, por exemplo, são os que menos declaram ter muita confiança na instituição (2%). A maioria confia pouco (4%) e 3% não vê o Judiciário como uma instituição confiável.

Quanto aos brasileiros que possuem uma relação de “alguma confiança” e aos que confiam pouco uns nos outros, os dados não destoam muito, como é possível observar. Do primeiro grupo, 9% não acredita no Judiciário; 22% confia pouco e 8% tem muita confiança. Do segundo grupo, os índices são: 5%, 10% e 6%



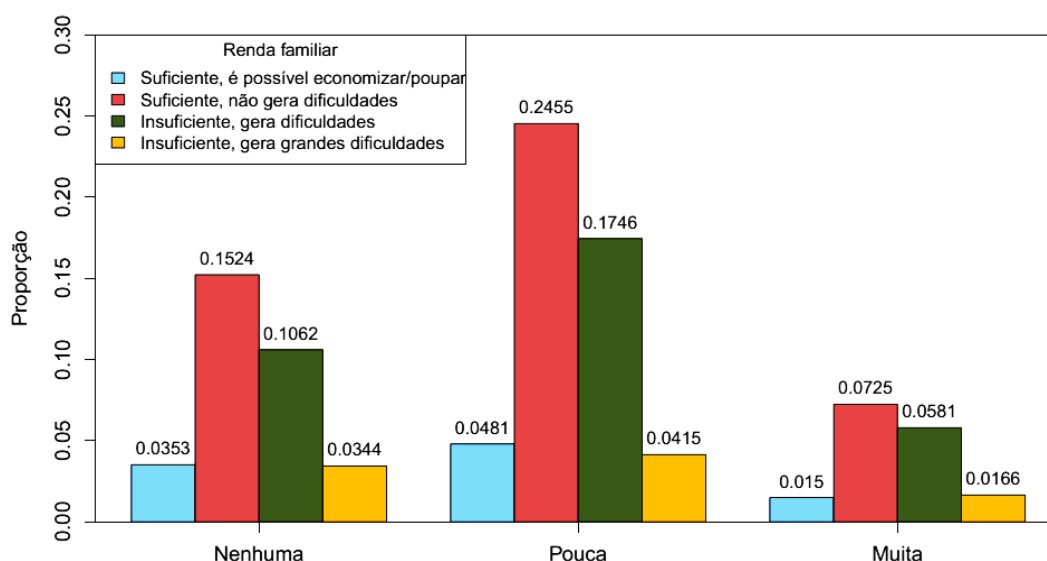
II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

respectivamente. Logo, vê-se que são indicadores próximos, com exceção do grau de “pouca” confiança, o qual apresenta uma diferença de 12% de um para o outro.

3.2. Distribuição da confiança no Congresso

Gráfico 9: Confiança no Congresso de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)



Ao verificarmos a confiança no Congresso *vis-à-vis* a renda familiar, percebemos que, assim como nos outros gráficos, a pouca confiança prevalece com indicadores mais elevados. Seguindo a sequência da legenda, os brasileiros que consideram sua renda suficiente com possibilidade de fazer economias ou poupanças representam 10% das pessoas entrevistadas. Dentre elas, 4% não têm confiança no Congresso, 5% têm pouca confiança e apenas 2% consideram confiar muito na instituição.

Quando a renda familiar é considerada suficiente, sem gerar dificuldades, 15% alegam não confiar na instituição. Aqueles que confiam pouco são 25%. Apenas 6% têm muita confiança. Os brasileiros que possuem uma renda familiar insuficiente, de modo que passam por dificuldades, em sua maioria, confiam pouco no Congresso (17%). Ainda sobre este grupo de entrevistados, 11% não confiam de maneira nenhuma e somente 6% tem muita confiança.

Os índices mais baixos dizem respeito aos brasileiros que possuem renda insuficiente, os quais passam por grandes dificuldades. Portanto, estes são os que

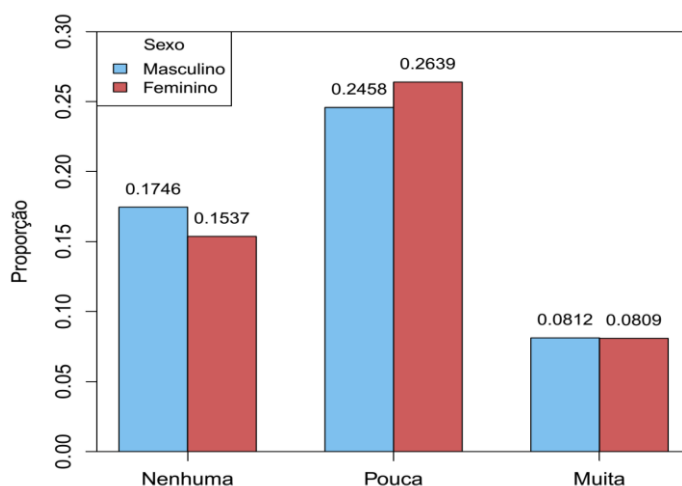


II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

mais desconfiam do Congresso Nacional. Os valores são bastante próximos. Apenas 2% deles acreditam que a instituição é muito confiável. Quanto aos que confiam pouco, somam-se 4%. Por fim, 3% não depositam confiança alguma.

Gráfico 10: Confiança no Congresso de Acordo com o Sexo (2010-2012)



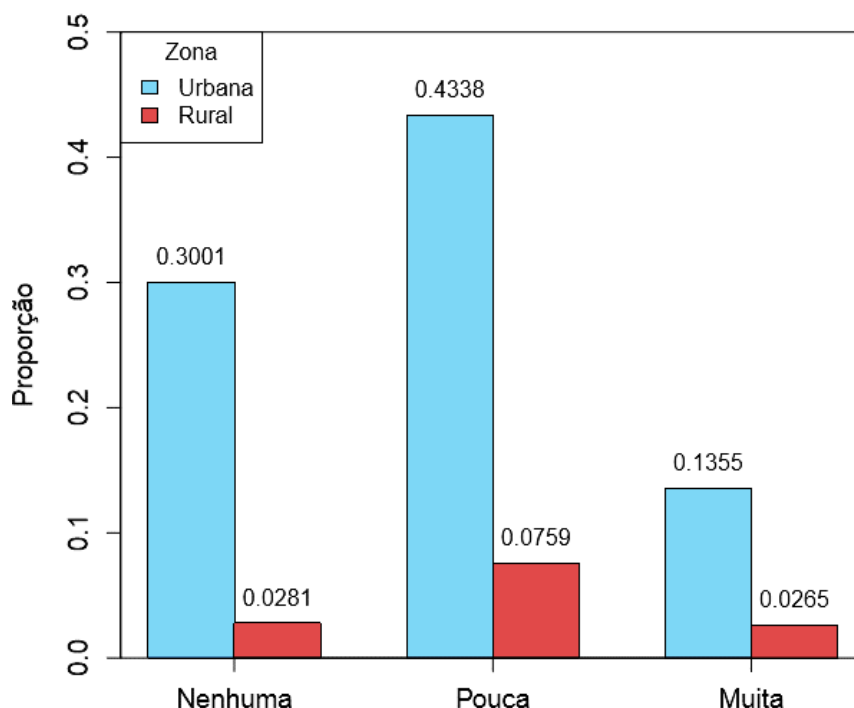
Já a associação entre confiança política no Congresso e a variável sexo fornece-nos os seguintes resultados: 17% das mulheres não confiam no Congresso; já para os homens este número cai para 15%. A respeito da pouca confiança na instituição, o índice fica em 25% para as mulheres e 26% para os homens. Ao analisarmos a categoria muita confiança, os indicadores são os mesmos para ambos os sexos, 8%. Portanto, embora seja possível perceber que as mulheres confiam mais no Congresso, não podemos afirmar que houve uma variação significativa da confiança política entre homens e mulheres durante o período analisado. Os resultados revelam uma opinião política análoga acerca do desempenho do Congresso, com níveis de confiança parecidos.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

**Gráfico 11: Confiança no Congresso de Acordo com a Área Geográfica
(2010-2012)**



Agora, quando verificamos os indicadores de confiança a partir da zona geográfica, os resultados gerais são parecidos com os que foram obtidos quanto ao Judiciário. Os habitantes da zona urbana são, ao mesmo tempo, os que mais desconfiam e os que mais confiam se comparados aos habitantes da zona rural. É óbvio que, como foi dito anteriormente, existem aspectos do contingente populacional que devem ser levados em consideração. Enquanto a zona urbana representa 87% da população de entrevistados, 13% pertencem à zona rural.

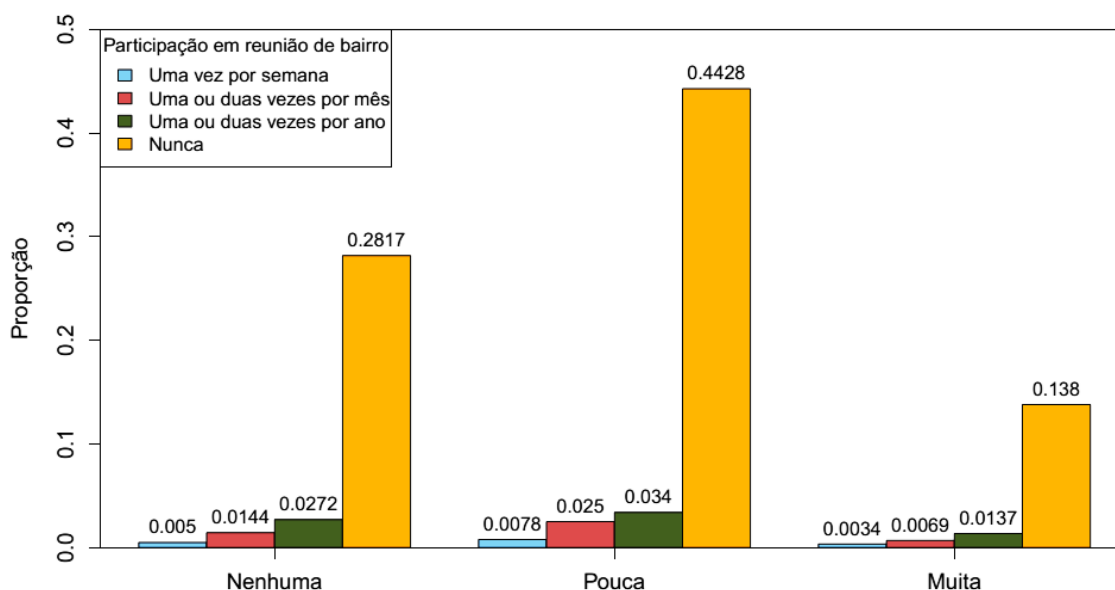
Primeiramente, iremos comentar acerca da zona urbana. Desta, 30% dos respondentes não confiam no Congresso; 43% confiam pouco e 14% confiam muito. Na zona rural, 3% não confiam; 8% acreditam que a instituição é pouco confiável e 3% têm muita confiança. Em ambos os casos, os maiores níveis situam-se em pouca confiança.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Gráfico 12: Confianza no Congresso em correlação à Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)



A comparação do índice de confiança *vis-à-vis* a frequência de participação em reuniões de bairro evidencia que os brasileiros que não têm o hábito de participar constituem a maioria (86%) e são, proporcionalmente, os que mais confiam no Congresso, embora tenham considerável índice de desconfiança. Destes, 28% não confiam na instituição. A maior parte confia pouco, totalizando 44%, e a minoria confia muito, apenas 14%.

Os níveis mais baixos, os quais variam de 0% a 1%, dizem respeito aos brasileiros que participam uma vez por semana de reuniões de bairro. Nesse conjunto, 1% não confia, do mesmo modo que 1% declara confiar pouco. No período analisado, os que têm o costume de participar uma vez por semana não julgam o congresso muito confiável (0%).

A participação mensal, de uma a duas vezes, também apresenta baixos indicadores quanto à confiança política. Assim como o grupo mencionado acima, 1% não confia. A pouca confiança fica em torno de 3%, e 5% confia muito na instituição.



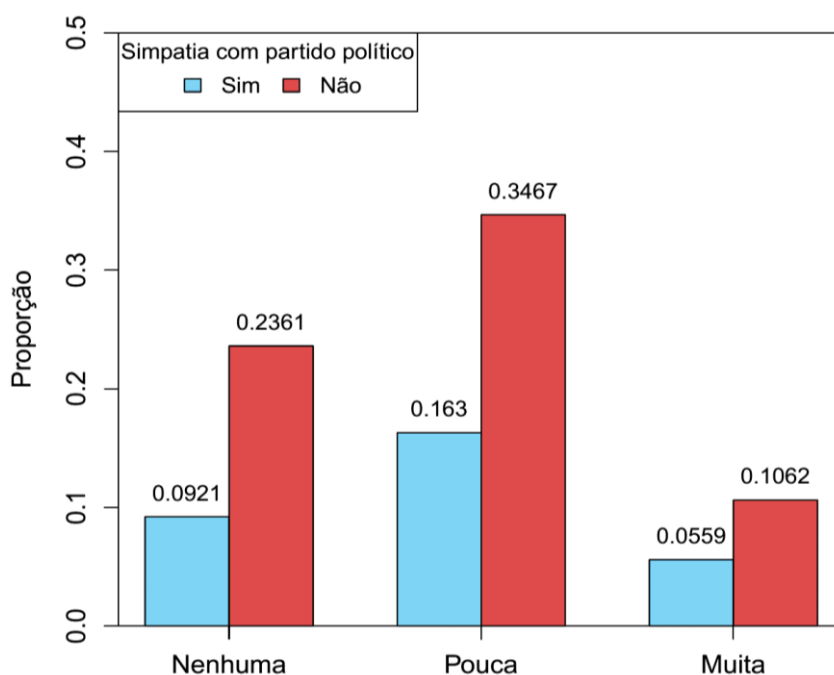
II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

As pessoas que participam uma ou duas vezes por ano apresentam a mesma distribuição para os níveis “nenhuma confiança” e “pouca confiança”. Ambas alcançam o patamar de 3%. No que concerne a muita confiança, somente 1% concorda.

Assim igualmente ao que vimos acerca da confiança no Judiciário, os indicadores mais elevados concentram-se nas pessoas que não têm hábito de participar de associações cívicas. Em seguida, pode-se dizer que o brasileiro participa, em geral, uma ou duas vezes por ano. Vejamos agora a correlação da confiança à variável “Simpatia Partidária”:

**Gráfico 13: Confiança no Congresso de acordo com a Simpatia Partidária
(2010-2012)**



A identificação partidária como variável para mensurar a confiança no Congresso revela que há uma variação significativa entre quem tem simpatia por algum Partido Político do sistema eleitoral brasileiro e quem não tem. A princípio, é possível concluir que os brasileiros, em sua maioria, não possuem identificação partidária com nenhum partido. Este grupo compõe 69% dos entrevistados, dos quais 24% não têm confiança no Congresso, 35% confia pouco e 11% têm muita confiança.



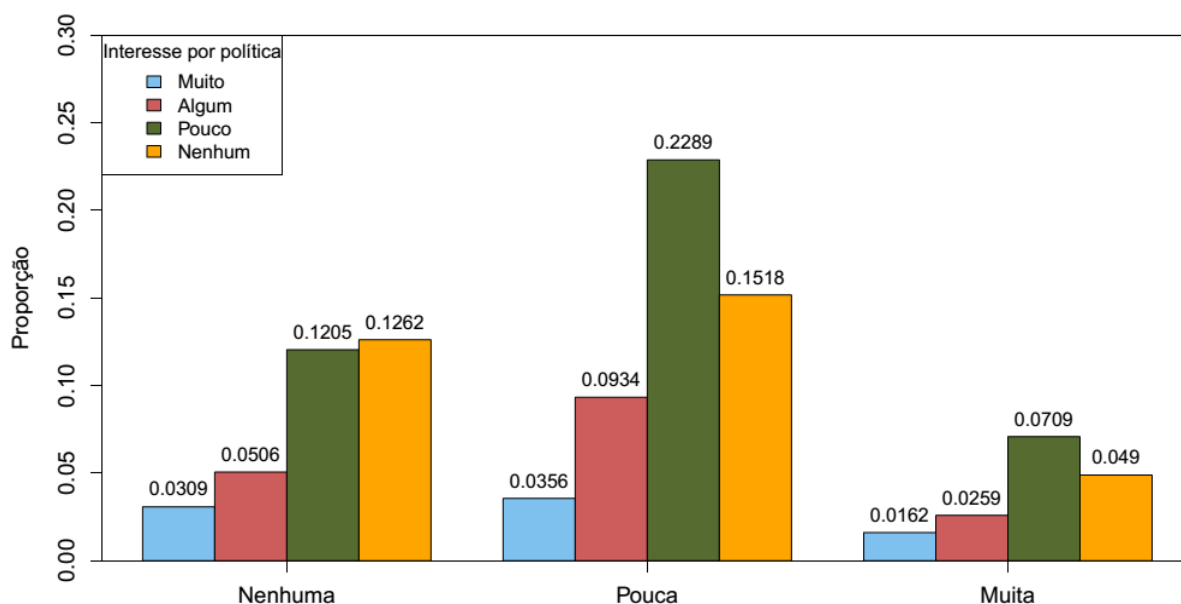
II Congresso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

No que concerne aos cidadãos que possuem identificação partidária, a maior parte têm pouca confiança (16%), 9% não têm confiança alguma, e a minoria acredita que a instituição é muito confiável (5%).

Os dois casos evidenciam que tendo ou não simpatia por partido político, o maior índice de confiança está em 51%, concentrando-se em pouca confiança, seguido de nenhuma confiança (33%). O nível mais baixo refere-se a “nenhuma confiança”, o qual atinge apenas 16% do total.

Gráfico 14: Confiança no Congresso de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012)



Ao analisarmos a confiança a partir do interesse que o cidadão tem por política, chegamos às seguintes conclusões: as pessoas que demonstram pouco interesse por política detêm mais confiança do que os outros. Para seguirmos a ordem de interesse, vejamos: dos brasileiros que afirmam ter muito interesse por assuntos políticos, 3% não confiam no Congresso Nacional; 4% dizem confiar pouco e 2% julgam a instituição muito confiável.

Quanto aos brasileiros que têm algum interesse por política, 5% não confiam no Congresso; 9% confiam pouco e 3% têm muita confiança. Para os cidadãos que



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

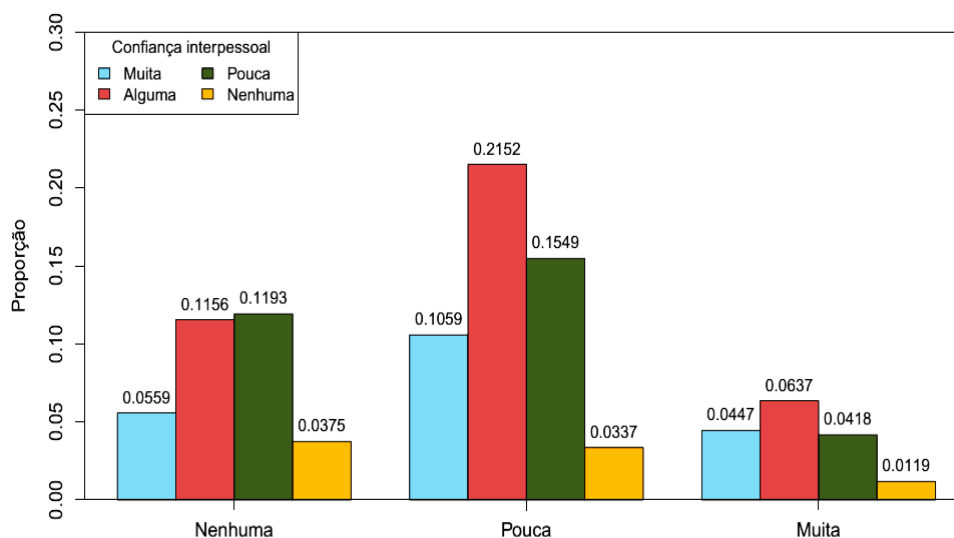
são pouco interessados em política, a desconfiança é de 1%; a pouca confiança é de 23% e a muita confiança está em 7% no período analisado.

Por fim, os cidadãos que não se interessam de forma alguma por questões políticas, em sua maioria, depositam pouca confiança no Congresso (15%). Em um patamar bem próximo, ficam aqueles que não têm confiança na instituição, totalizando 13%. A minoria desse grupo concentra-se no nível pouca confiança, apenas 5% dos brasileiros.

Em suma, quando a análise compreende o nível de confiança no Congresso correlacionado ao interesse dos brasileiros por política, os dados mostram que os níveis mais baixos de confiança se concentram entre aqueles que possuem “muito” e “algum” interesse por assuntos do âmbito político, variando de 8% a 17%. Em contrapartida, os maiores indicadores se restringem àqueles que possuem “pouco” ou “nenhum interesse”. Dentre as pessoas que fazem parte desses grupos, os índices variam de 31% a 33%.

Portanto, as pessoas menos interessadas por política têm uma relação de mais confiança na instituição do Congresso; e quanto mais interessadas elas são por essas questões, mais desconfiadas se tornam frente a esta instituição. No geral, a avaliação do interesse político evidencia que os brasileiros confiam pouco no Congresso Nacional.

Gráfico 15: Confiança no Congresso de acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)





II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

A última análise da distribuição da confiança política no Congresso a partir de dados referentes à confiança interpessoal mostra que, de um lado, os brasileiros que mais confiam na instituição têm alguma confiança em seus concidadãos. De outro, os brasileiros que não confiam uns nos outros tendem a desconfiar sobremaneira do Congresso.

A fim de detalharmos os dados, seguiremos a sequência das informações conforme a legenda do gráfico. O primeiro nível refere-se ao alto grau de confiança interpessoal, o qual totaliza 21% dos entrevistados. Esse total se subdivide da seguinte maneira: 6% confiam muito em seus concidadãos, mas não têm nenhuma confiança no Congresso Nacional; 11% têm pouca confiança e 4% têm muita confiança na instituição.

Os brasileiros que têm alguma confiança nos outros representam 39%, dos quais 12% não confiam, 22% confiam pouco e apenas 6% afirmam ter muita confiança no Congresso. Quanto aos indivíduos que têm pouca confiança interpessoal, totalizam 32% dos entrevistados. Desse total, 12% não confiam, 15% confiam pouco e 4% dizem confiar muito na instituição.

O último nível de confiança interpessoal refere-se ao grau “nenhuma”, ou seja, refere-se aos brasileiros que não possuem uma relação de confiança nos demais. Vejamos: 4% não confiam no Congresso, 3% confiam pouco e 1% julgam a instituição muito confiável.

Portanto, infere-se que esse grupo de pessoas constitui a minoria dos brasileiros, os quais, em geral, confiam de alguma forma em seus concidadãos. Ou seja, 92% possuem muita confiança nos outros, ou têm alguma confiança ou confiam pouco. Somente 8% não têm confiança interpessoal. Logo, percebe-se que há uma tendência positiva entre confiança interpessoal e confiança no Congresso.

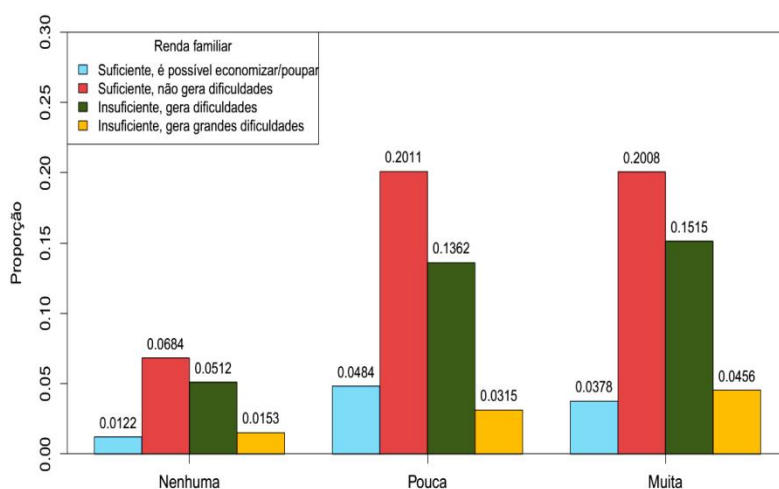


II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

3.3. Distribuição da confiança no Executivo

Gráfico 16: Confiança no Executivo de Acordo com a Renda Familiar (2010-2012)



A princípio, este gráfico indica que a maioria dos brasileiros entrevistados considera sua renda familiar suficiente, de modo que não passa por dificuldades (47%), ou então avalia sua renda insuficiente, gerando dificuldades (37%). No outro extremo, 10% dos brasileiros consideram sua renda suficiente para fazer economias ou poupança e 9% têm renda familiar insuficiente e passam por grandes dificuldades financeiras.

Quanto à análise da confiança no Executivo associada à renda familiar, esta indica que a maior parte dos brasileiros confia muito neste Poder. Ou seja, 44% avalia que a instituição do Executivo é muito confiável. Depois, seguem os brasileiros que confiam pouco, totalizando 42% de confiança no Executivo. Portanto, a menor parte, apenas 15%, alega não ter confiança alguma.

Ao verificarmos a variação em cada grau de confiança no Executivo, podemos descrever os seguintes resultados: no que diz respeito ao nível “nenhuma confiança”, que totaliza 15%, 1% desse valor refere-se aos brasileiros com renda familiar suficiente com possibilidade de fazer economia; 7% está relacionado àqueles que ganham o suficiente e que não passam por dificuldades; 5%, aos brasileiros com renda familiar insuficiente, a qual resulta em dificuldades; e 2% refere-se aos cidadãos que passam por muitas dificuldades e não têm renda familiar suficiente para supri-las.

No que concerne ao grau “pouca confiança”, 20% diz respeito às famílias com renda suficiente e que não passam por problemas financeiros; 14% têm renda



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

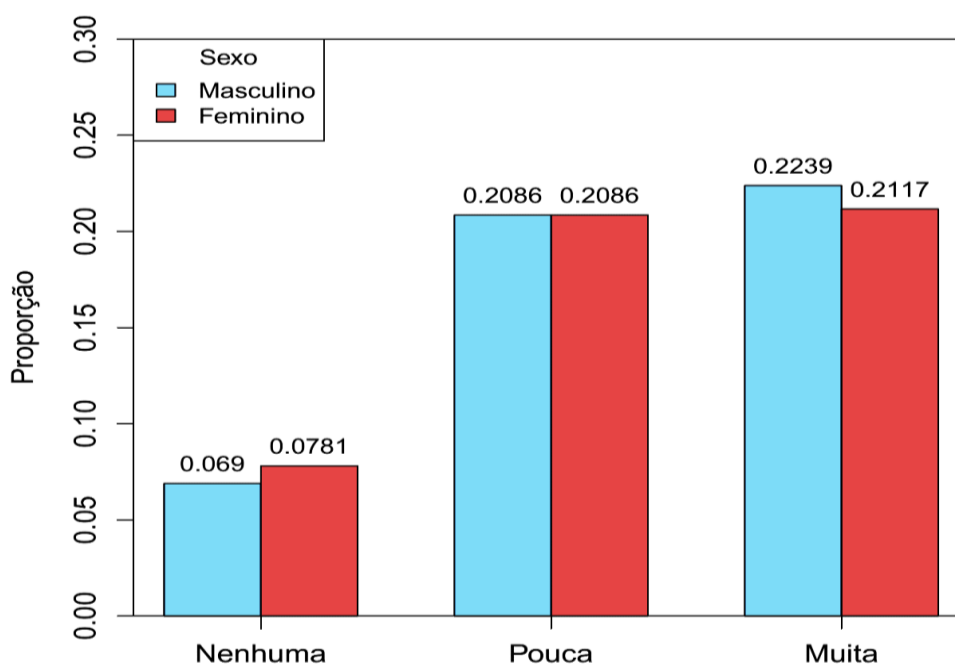
“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

insuficiente, mas sem dificuldades; 5% têm renda suficiente e fazem economias; e 3% dos que confiam pouco no Executivo enfrentam dificuldades e têm uma renda familiar insuficiente.

Quanto ao nível “muita confiança”, o qual totaliza 44%, é possível perceber que os que mais julgam a instituição muito confiável são os brasileiros com o segundo perfil, que têm uma renda satisfatória, sem passar por problemas financeiros (20%), seguidos daqueles que têm uma renda insatisfatória e enfrentam dificuldades (15%). Os índices mais baixos desse nível estão relacionados aos que acreditam ter uma renda familiar satisfatória e, por isso, fazem economias, e aos que julgam ter uma renda insuficiente, causando grandes dificuldades, 4% e 5%, respectivamente.

Portanto, conclui-se que os brasileiros que mais desconfiam do Executivo têm o perfil de pessoas com renda familiar insuficiente (passam por grandes dificuldades). Este grupo representa 9% do total. Em contrapartida, os que mais confiam têm uma renda regular, satisfatória, e não passam por dificuldades. Este último grupo representa 47%, ou seja, quase a metade dos brasileiros.

Gráfico 17: Confiança no Executivo de Acordo com o Sexo (2010-2012)



Enquanto no Judiciário e no Congresso a tendência, considerando a confiança em relação ao sexo, era de que homens e mulheres confiassem muito ou não



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

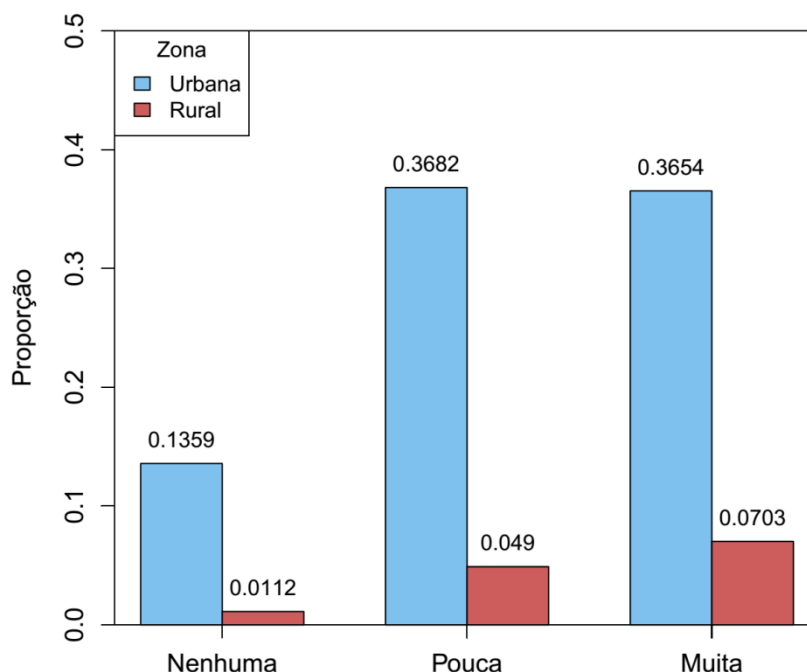
“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

tivessem confiança nas respectivas instituições, no Congresso as variáveis se comportam diferentemente. Há uma tendência maior para muita e pouca confiança. A primeiro grau corresponde a 44% e o segundo equivale a 42%. Ou seja, 44% de homens e mulheres confiam muito no Executivo, e 42% confiam pouco na instituição.

Numa análise mais detalhada, a confiança política no Executivo Federal se distribui da seguinte maneira: 7% de homens não confiam no Executivo; 21% têm pouca confiança e 22% consideram a instituição muito confiável. Quanto às mulheres, 8% não confiam, 21% confiam pouco e 21% têm muita confiança.

Em síntese, a ausência de confiança apresenta índices baixos, os quais perfazem 15% do total. Uma parcela considerável tanto de homens quanto mulheres confiam muito no Executivo, representando 44%. Outra parcela, também considerável, tende a confiar pouco nas instituições, representando 42%

Gráfico 18: Confiança no Executivo de acordo com a Área Geográfica (2010-2012)



A

distribuição dos índices de confiança conforme a área geográfica na qual o brasileiro mora indica que os moradores das áreas urbanas confiam mais no Executivo Federal e os que habitam nas zonas rurais confiam menos nas instituições. Percebe-se, para



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

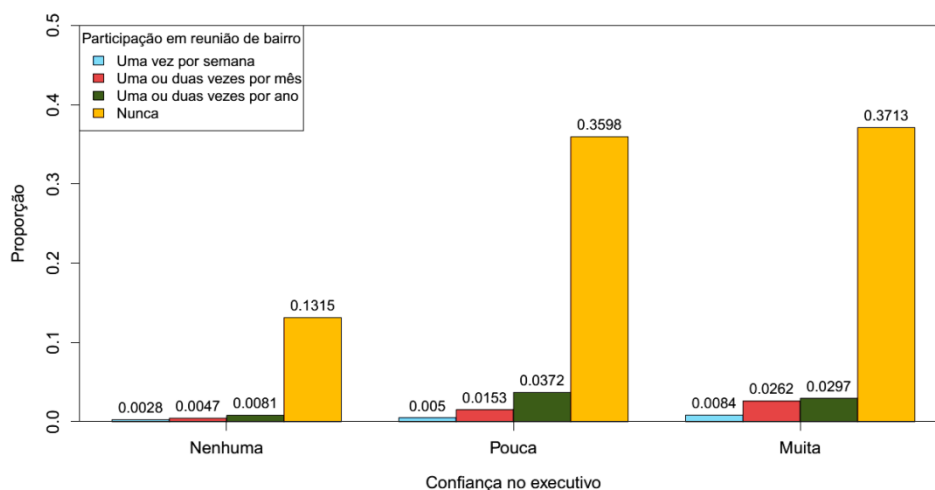
“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

além disso, que os dados se distribuem de forma um pouco diferente dos casos analisados até aqui, quais sejam, o Judiciário e o Congresso.

Esta análise evidencia que tanto na zona urbana quanto na zona rural os maiores índices de confiança política no Executivo se distribuem entre pouca e muita confiança, perfazendo um total de 42% e 44%, respectivamente. Os índices mais baixos referem-se ao grau “nenhuma confiança” (15%).

A confiança dos indivíduos nas zonas analisadas nos leva a inferir que os índices se comportam de forma similar nos dois casos. Devemos observar o fato de que, na zona urbana, os brasileiros que têm pouca confiança representam 37%, e a mesma quantidade é vista para aqueles que confiam muito no Executivo, isto é, 37%. Em contrapartida, na zona rural, 5% das pessoas confiam pouco e 7% têm muita confiança. No que diz respeito a “nenhuma confiança”, 14% está relacionada à zona urbana e 1% à zona rural. Destarte, tendo em vista a análise da confiança no Executivo por zona geográfica, as pessoas são menos desconfiadas da instituição.

Gráfico 19: Confiança no Executivo de acordo com a Participação em Reuniões de uma Associação de Bairro ou Junta de Melhorias para a Comunidade (2010-2012)



O período de 2010 a 2012 mostra que 2% da população entrevistada participou uma vez por semana de reuniões de associação de bairro; 5% participou uma ou duas vezes por mês; 8% frequentou uma ou duas vezes por ano; e 86% nunca participou.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Os dados apontam que os brasileiros muito confiantes no Executivo Federal são aqueles que nunca participam de reuniões desse tipo, ou seja, não têm vida associativa. Eles representam 37% da população. Por outro lado, os brasileiros que desconfiam da instituição e têm “nenhuma confiança”, correspondem a 15%. A partir desse número, é possível afirmar que os cidadãos que participam, pelo menos uma vez por semana ou por mês de reuniões de associações, não se incluem no grau “nenhuma confiança”, tendo em vista que representam 0%. Portanto, este grupo confia de alguma forma no Executivo (pouco ou muito).

Dos cidadãos que participam uma vez por semana, 0% não tem confiança no Executivo; 1% confia pouco e 1% percebe que a instituição inspira muita confiança. Quanto aos brasileiros que participam de associações cívicas uma ou duas vezes por mês, 0% deles não confia; 2% afirmam confiar pouco e 3% confiam muito no Executivo. No que diz respeito aos que frequentam reuniões de associações uma ou duas vezes por ano, 1% não confia na instituição; 4% têm pouca confiança e 3% declara confiar muito. Por fim, quanto aos brasileiros que não têm vida associativa em questões referentes ao seu bairro ou comunidade, 13% não têm confiança alguma no Executivo; 36% confiam pouco e 37% avaliam a instituição muito confiável.

Esses resultados nos levam a concluir que quanto maior a participação em reuniões de uma associação de bairro ou junta de melhorias para a comunidade — durante o recorte temporal de 2010 a 2012 — menor a confiança no Poder Executivo. Em contrapartida, quanto menor a vida associativa, maior a confiança na instituição.

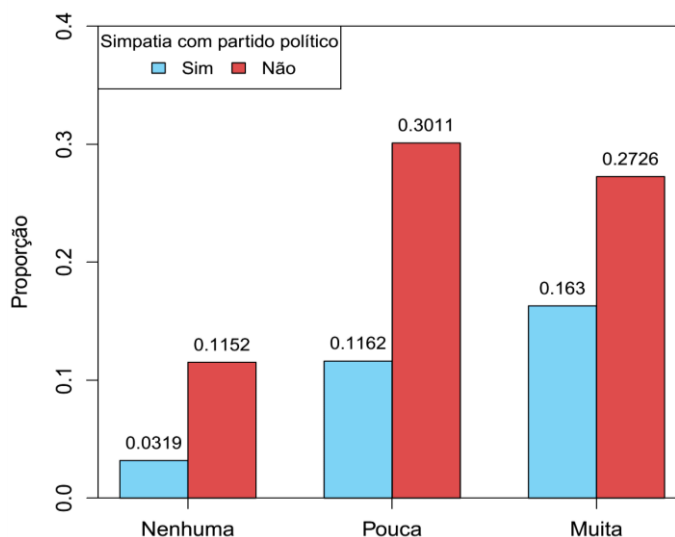


II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Gráfico 20: Confiança no Executivo de Acordo com a Simpatia Partidária

(2010- 2012)



A confiança política no Poder Executivo, tendo por base a simpatia com algum partido político, aponta que 15% dos brasileiros não confiam na instituição. Desse total, 3% referem-se àqueles que possuem identificação partidária e 12% aos que não têm simpatia por nenhum partido brasileiro.

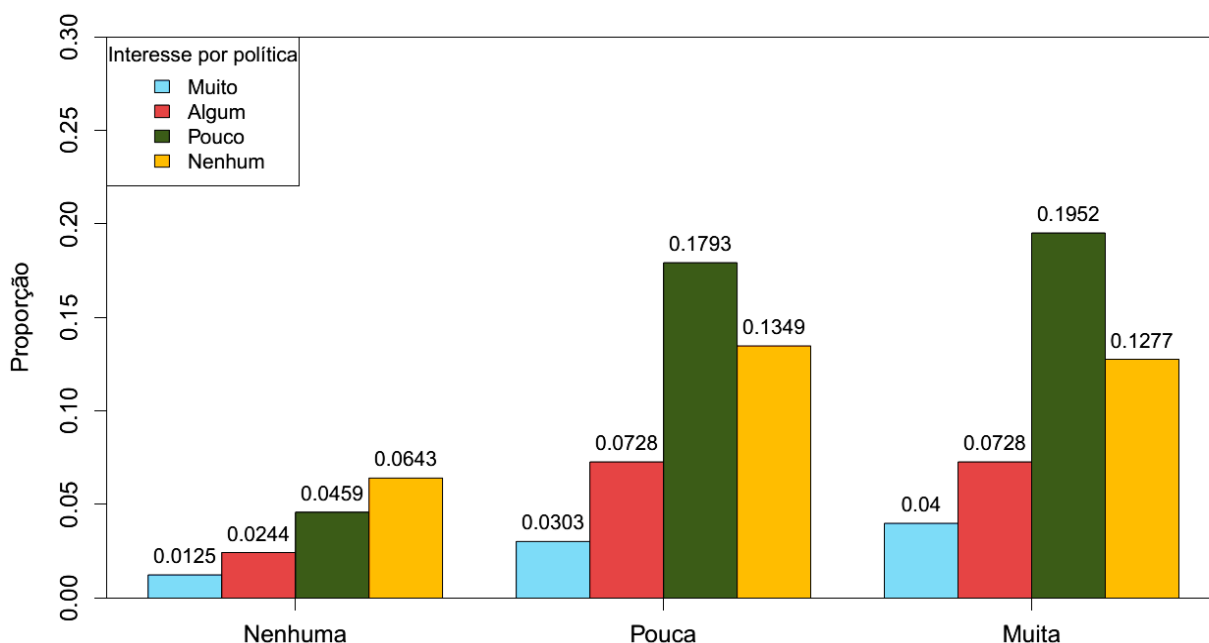
Dentre os declarantes, 42% afirmam que a instituição do Executivo é pouco confiável; 12% tem simpatia por partido político e 30% não. Quanto a avaliar o Executivo como uma instituição muito confiável, 44% dos entrevistados assim o reputam, dos quais 16% pertencem ao primeiro grupo — com identificação partidária — e 27% pertencem ao segundo, composto por pessoas sem qualquer identificação partidária. Sendo assim, quanto menor a identificação partidária, maiores são os indicadores de confiança e, quanto maior a simpatia com partido, menores são tais índices.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Gráfico 21: Confiança no Executivo de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012)



Um dos aspectos da cultura cívica de uma sociedade é o interesse que seus membros têm por assuntos que dizem respeito à vida política. No Brasil, grande parte dos cidadãos revela ter “pouco” interesse pela política (42%), ou seja, uma parcela significativa da população não demonstra se preocupar com questões do âmbito político. Em seguida, 33% dos brasileiros não têm interesse nenhum por tais questões; 17% declara ter algum interesse e a minoria, 8%, alega ser muito interessada por política.

Portanto, daqueles que representam a maioria — pessoas que pouco dão atenção à política —, é possível observar que 5% não confiam de forma alguma no Executivo; 18% confiam pouco e 20% tem muita confiança na instituição. Quanto ao grupo de brasileiros que não se importam com política (33%), a minoria revelou não ter confiança no Executivo, apenas 6%. Os demais representam indicadores semelhantes: 13% julgam a instituição pouco confiável e 13% acreditam que ela é muito confiável.

No que diz respeito aos brasileiros que se importam muito ou de alguma forma pelas questões do âmbito político, estes representam, como já dito, a menor parcela dos entrevistados. Dos primeiros, 1% não tem confiança no Executivo; 3% declaram



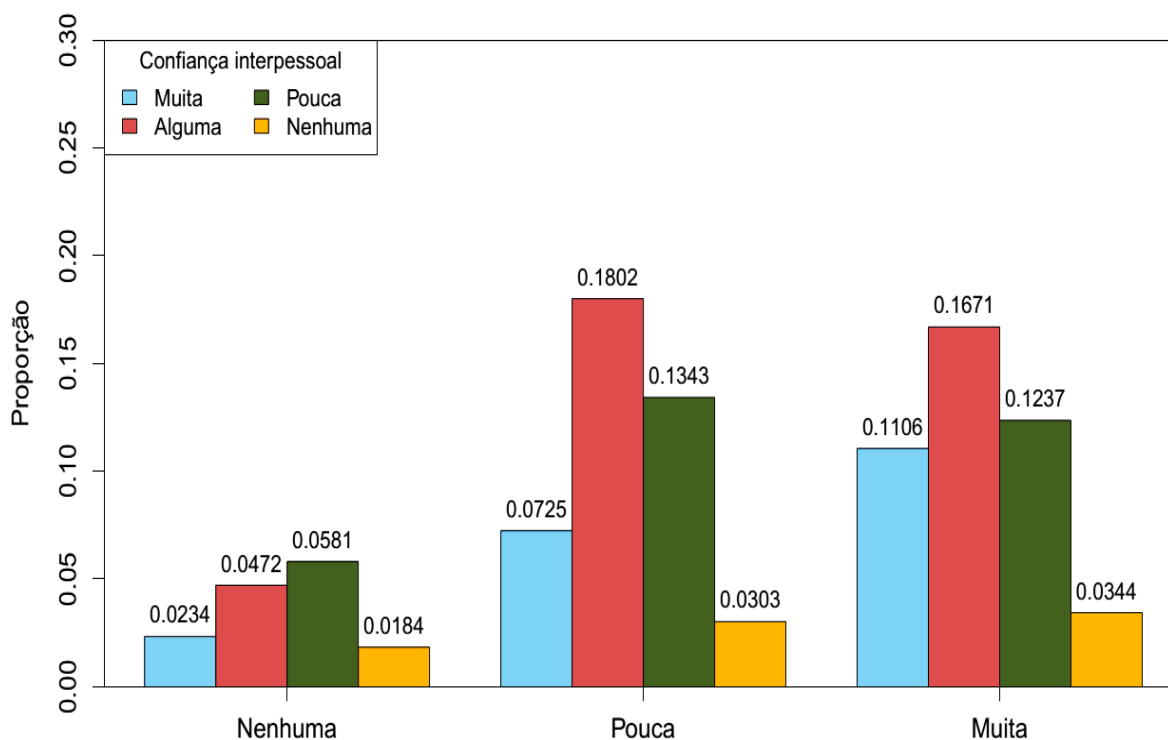
II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

ter pouca confiança e 4% acreditam muito na instituição. Quanto aos segundos, 2% desconfiam completamente; 7% confiam pouco e muito, respectivamente.

A seguir, explanaremos uma análise descritiva acerca da confiança no Executivo. Vejamos como os níveis de confiança institucional estavam durante os anos de 2010 a 2012, tendo por base o nível de confiança interpessoal.

Gráfico 22: Confiança no Executivo de Acordo com a Confiança Interpessoal (2010-2012)



Os dados sobre confiança no Executivo e confiança interpessoal revelam que 39% dos brasileiros entrevistados possuem alguma confiança para com seus concidadãos, dos quais 5% não tem confiança no Executivo; 18% declaram que sua confiança é pouca e 17% têm muita confiança.

A segunda maior parcela de brasileiros são aqueles que declaram ter “pouca” confiança interpessoal, os quais compreendem 32%. Nesse total, 6% desconfiam do Executivo; 13% têm pouca confiança e 12% julgam a instituição muito confiável. Em seguida estão os cidadãos que confiam muito uns nos outros. Juntos eles somam



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

21%. Destes, 2% não julgam a instituição confiável; 7% têm pouca confiança e 11% acreditam muito no Executivo.

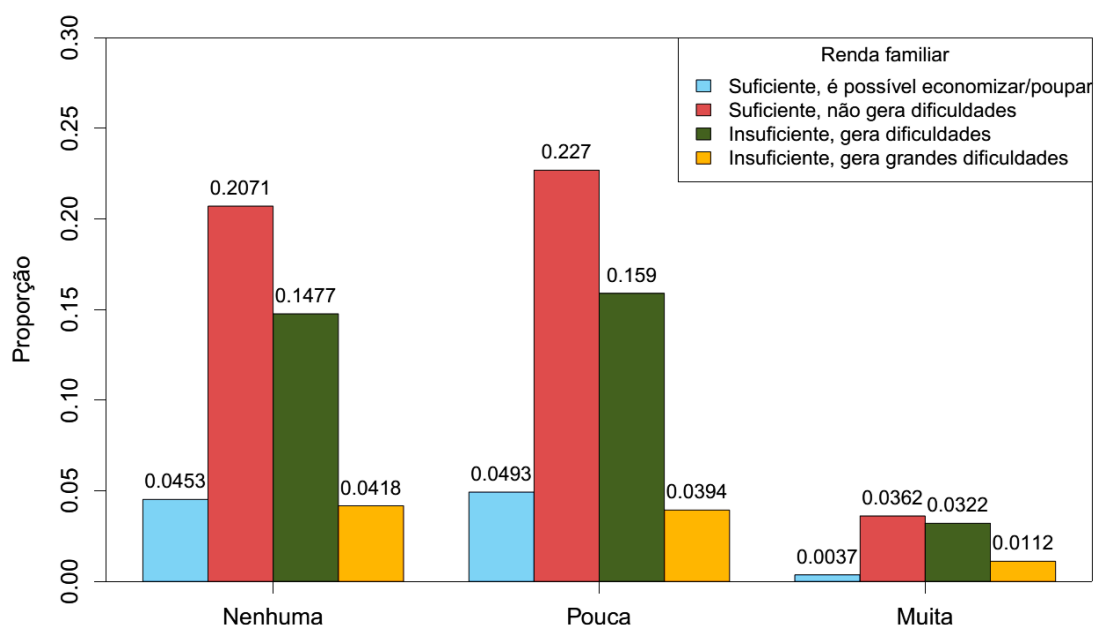
Como podemos perceber, os indicadores acerca do nível de confiança institucional mais baixos referem-se aos brasileiros que afirmam não confiar de maneira alguma nos outros. Eles representam a minoria dos entrevistados, apenas 8%, dos quais 2% não tem confiança; 3% confiam pouco e 3% têm muita confiança na instituição em análise.

Esta constatação mostra uma tendência dos brasileiros em confiar uns nos outros, ou seja, 92% das pessoas entrevistadas confiam de alguma forma nos brasileiros — de pouco a muito. O maior grau de desconfiança no Executivo relaciona-se aos brasileiros com pouca confiança interpessoal. Em contrapartida, o maior nível de confiança (muita) refere-se aos cidadãos que declaram ter alguma confiança interpessoal.

Feitas estas observações, passaremos agora para a análise descritiva da última instituição selecionada nesta pesquisa: os Partidos Políticos.

3.4. Distribuição da confiança nos Partidos Políticos

Gráfico 23: Confiança Partidos Políticos de acordo com a Renda Familiar (2010-2012)





II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

A renda familiar como variável para mensurar a confiança nos partidos mostramos, a princípio, que os brasileiros, ou tendem a não confiar, ou confiam pouco na instituição. O grau de nenhuma confiança institucional atinge 44% e o nível “pouca” alcança 47%. Ou seja, ambos representam quase a totalidade de entrevistados, restando apenas 8% para o indicador de muita confiança.

Para fins explicativos, seguiremos a ordem das barras de frequência. Dos brasileiros que possuem uma renda considerada suficiente e com possibilidade para economizar, 5% desconfiam dos partidos; outros 5% confiam pouco e 0% confia muito. Isso significa que os brasileiros com este perfil de renda familiar dividem suas opiniões entre não ter confiança na instituição e ter pouca confiança.

Sobre os cidadãos que possuem uma renda familiar suficiente, porém inviável à poupança, 21% não têm confiança nos Partidos Políticos, 23% confiam pouco e 4% têm muita confiança. Estes compreendem, portanto, a maior parte dos entrevistados, além de apresentarem uma diferença significativa em relação aos demais quanto à distribuição dos indicadores de confiança institucional.

A respeito dos brasileiros que possuem renda familiar insuficiente e, por conta disso, passam por dificuldades, 15% desconfiam dos Partidos; 16% confiam pouco; 3% julgam os Partidos Políticos como instituições muito confiáveis. Este perfil dos brasileiros representa a segunda maior parte da população (34%).

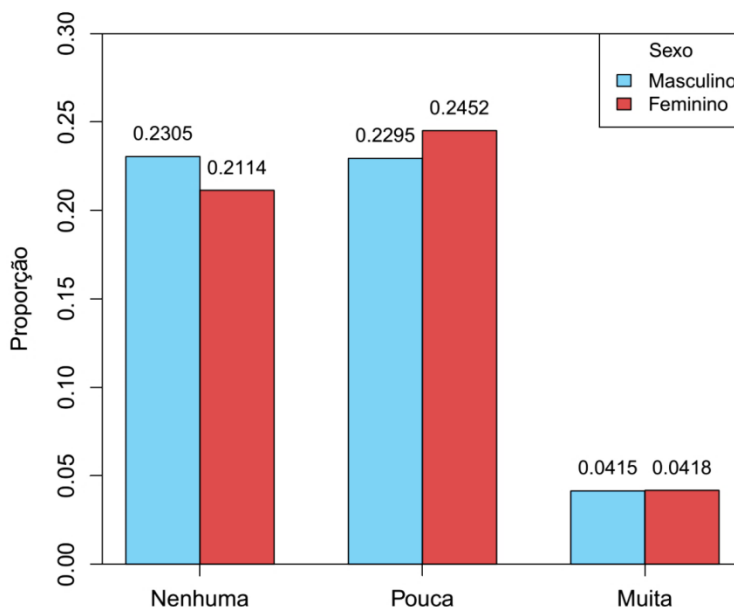
Na última posição do gráfico encontram-se os brasileiros com renda familiar insuficiente de tal modo que impõe a eles grandes dificuldades de subsistência. Neste grupo socioeconômico, a confiança nos Partidos Políticos se distribui da seguinte maneira: 4% desconfia; igualmente 4% tem pouca confiança e 1% confia muito. Percebe-se, portanto, que estes brasileiros dificilmente demonstram confiar muito na instituição.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Gráfico 24: Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com o Sexo (2010-2012)



Quando tomamos a variável sexo como referência para verificar o índice de confiança política nos partidos políticos brasileiros, verificamos, de antemão, que os dados se distribuem de forma bastante parecida tanto no que diz respeito aos homens quanto às mulheres, cada um representando metade dos entrevistados.

No que se refere ao sexo masculino, temos os seguintes dados: 23% não confia nos partidos políticos; 23% acredita que a instituição é pouco confiável e 4% julga-a muito confiável.

Quanto ao sexo feminino, temos a seguinte distribuição: 21% das mulheres não acredita que os Partidos Políticos são dignos de alguma confiança; 25% confia pouco e 4% deposita muita confiança na instituição.

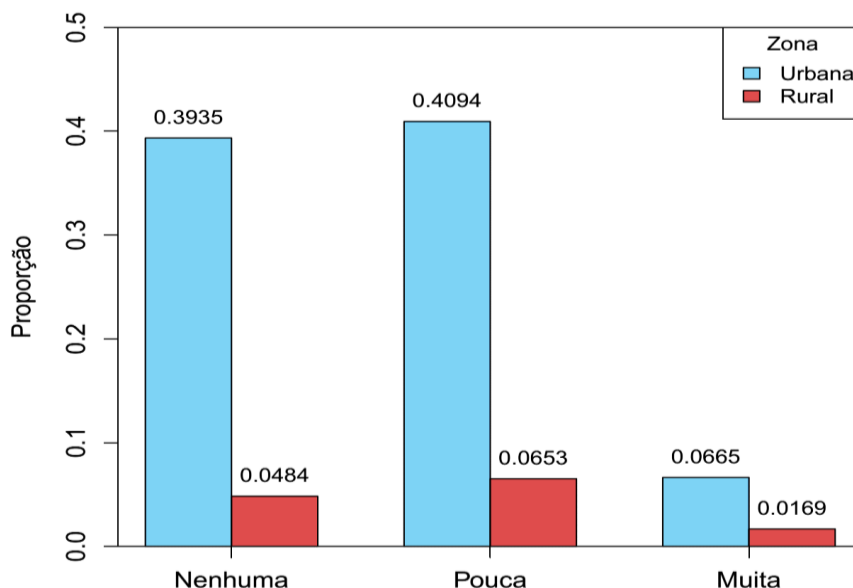
Assim sendo, os indicadores de confiança, independentemente de que nível seja, são muito próximos. Tanto os homens quanto as mulheres têm o mesmo indicador de confiança quando afirmam ter muita confiança, pois cada um representa 4%, totalizando juntos, 8%. Neste caso, a minoria declara confiar muito nos Partidos Políticos. O maior indicador de confiança associa-se ao nível “pouca” (47%). O nível intermediário está em “nenhuma confiança”, o qual totaliza 44%.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

Gráfico 25: Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com a Área Geográfica (2010-2012)



Neste gráfico, uma vez mais, constatamos uma convergência de dados com as análises realizadas sobre a confiança institucional no Judiciário, no Congresso e nos Partidos. Isso porque, quando avaliamos as três instituições, os maiores índices se distribuem entre os graus “nenhuma” e “pouca” confiança, de modo que os indivíduos que moram na zona urbana apresentam indicadores proporcionalmente maiores em razão, sobretudo, de representarem um contingente populacional maior em relação aos moradores da zona rural. Dentre as quatro instituições de análise desse estudo, apenas o Executivo apresenta indicadores diferentes, pois a maior parte da confiança dos brasileiros que moram em tais regiões, corresponde a “pouca confiança” ou a “muita confiança”.

No caso dos partidos políticos, como podemos observar no gráfico acima, a confiança política na instituição corresponde ao seguinte: na zona urbana, o total de entrevistados equivale a 87%, dos quais 39% não têm confiança nos partidos, 41% têm pouca confiança e 7% afirma confiar muito.

Quanto à zona rural, 5% não têm confiança alguma nos partidos, 7% julga a instituição pouco confiável e 2% têm muita confiança. Ao todo 13% dos indicadores se referem a esta zona.

De uma forma mais geral, tendo por base a zona geográfica, o grau “nenhuma confiança” corresponde a 44%. A pouca confiança nos partidos políticos equivale a

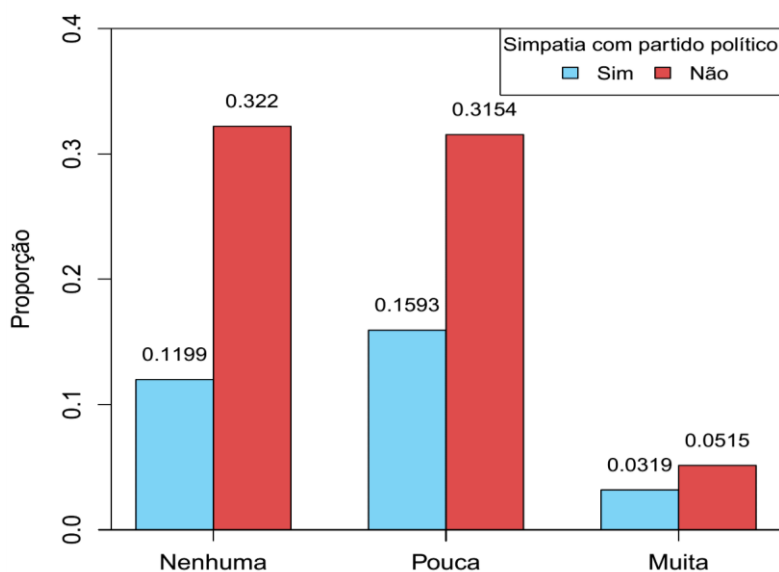


II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

47% e 8% diz respeito a muita confiança. Assim, percebe-se que a confiança política concentra-se, em sua maior parte, entre “nenhuma” e “pouca”. E os menores indicadores relacionam-se a muita confiança.

Gráfico 26: Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com a Simpatia Partidária (2010-2012)



Ao verificarmos a maneira como a confiança política nos partidos se distribui a partir da identificação partidária, confirmamos o que os gráficos sobre outras instituições apresentaram: a quantidade de brasileiros que não possuem simpatia com partido político algum é consideravelmente maior se comparada aos que possuem. Enquanto os primeiros correspondem a 69%, ou seja, mais de dois terços, os segundos representam 31% dos brasileiros.

Em ambos os casos, os indicadores de confiança concentram-se, em sua maioria, entre os níveis “nenhuma” (44%) e “pouca” (47%) confiança. Os menores indicadores dizem respeito aos brasileiros que acreditam que os partidos são instituições muito confiáveis, apenas 8%.

Seguindo a ordem das colunas, os dados referentes aos cidadãos que, durante o período de 2010 a 2012, afirmaram ter simpatia partidária, são tais que: a maior parte tem pouca confiança nos partidos políticos (16%) e os brasileiros que não confiam de forma alguma na instituição correspondem a 12%. O menor índice de



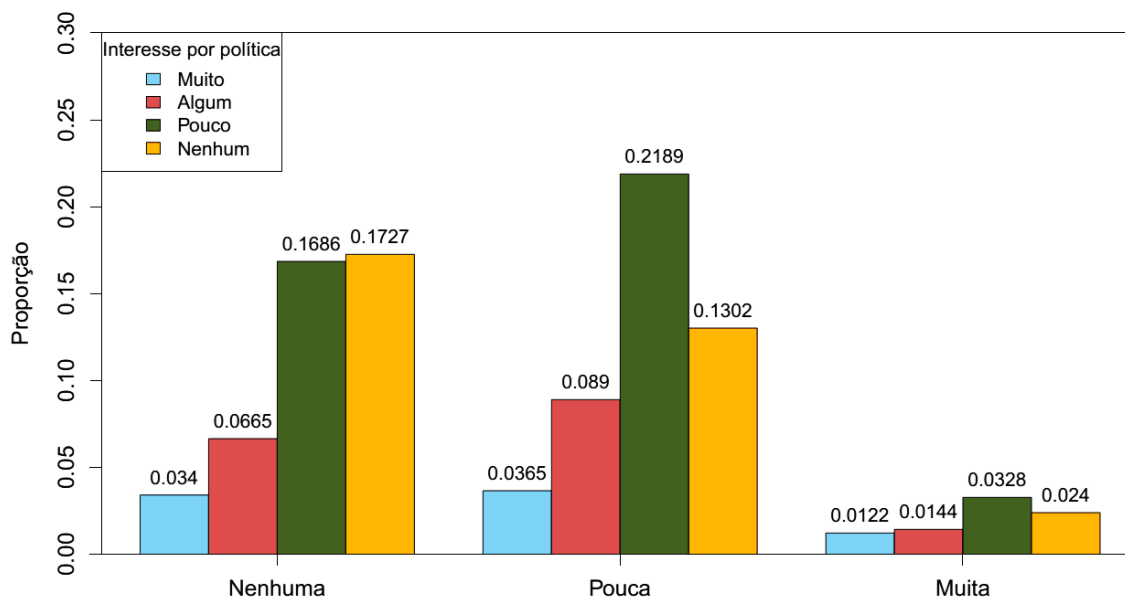
II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

confiança corresponde a 3% e representa os cidadãos que declaram confiar muito nos partidos.

Em contrapartida, os brasileiros que não possuem identificação partidária caracterizam-se desta forma: 32% não confiam nos partidos; igualmente, 32% têm pouca confiança; e a minoria (5%) avalia a instituição como “muito confiável”.

Gráfico 27: Confiança nos Partidos Políticos de Acordo com o Interesse por Política (2010-2012)



A análise da confiança nas instituições partidárias com base no interesse que os brasileiros dedicam à política nos revela que 44% deles tende a confiar muito nos partidos; 47% confiam pouco e 8% têm muita confiança nestas instituições. Primeiramente, os dados associados aos brasileiros muito interessados por política demonstram que estes representam 8% da população. Deste total de 8%, 3% não confiam, 4% confiam pouco e 1% confia muito. Diante disso, percebe-se que o sentimento de pouca confiança é predominante entre os brasileiros que têm muito interesse por questões políticas, tendo em vista que correspondem a 4%.

No que diz respeito aos brasileiros que afirmam ter algum interesse por política, estes totalizam 17% da população, dos quais 7% não confia de forma alguma nos partidos, 9% confia pouco 1% avalia a instituição como “muito confiável”. Em seguida, observamos os índices de confiança para os brasileiros com pouco interesse por



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

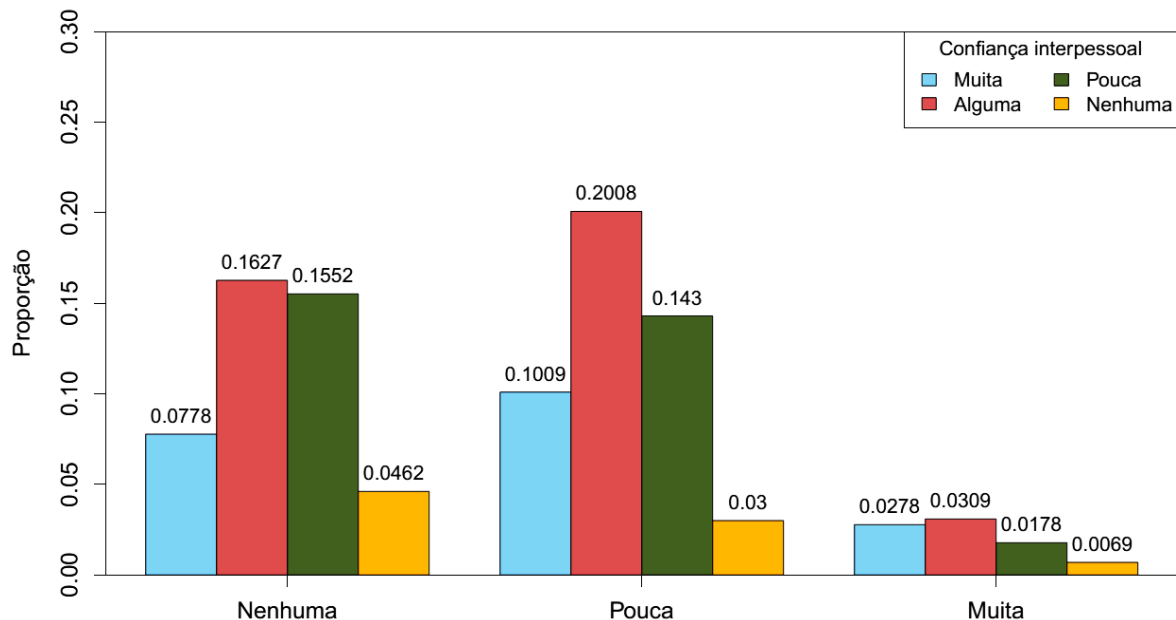
“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

assuntos relacionados à política. Destes, 17% veem os partidos como instituições não confiáveis; 22% depositam pouca confiança e 3% acreditam que os partidos são muito confiáveis.

Por fim, o gráfico apresenta a confiança nos partidos políticos para os brasileiros que não têm interesse algum por política. Os cidadãos com este perfil equivalem a 33% da população. Deste total, 17% não têm confiança nos partidos; 13% confiam pouco e somente 2% avaliam os partidos como instituições muito confiáveis.

Desse modo, o gráfico nos mostra que os brasileiros, ao demonstrarem pouco interesse por política (42%), tendem, igualmente, a confiar pouco nas instituições partidárias (47%). Observa-se ainda que o índice de desconfiança é elevado, atingindo 44%. São poucos os brasileiros que confiam muito nos partidos, sobretudo se considerarmos a variável “interesse por política”. Eles representam apenas 8% da população.

Gráfico 28: Confiança nos Partidos Políticos de acordo com a confiança interpessoal (2010-2012)



Este último gráfico nos mostra como a confiança nos partidos políticos brasileiros associa-se à confiança interpessoal. Como é possível observar a confiança interpessoal está categorizada em quatro níveis, quais sejam, “muita”, “alguma”,



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

“pouca” e “nenhuma”. A partir desses níveis, podemos ver como está a confiança dos brasileiros nas instituições partidárias.

A começar pelos cidadãos que possuem muita confiança interpessoal, 8% deles não confiam nos partidos políticos, enquanto 10% confiam pouco e 3% têm muita confiança. Quanto aos brasileiros com alguma confiança em seus concidadãos, 16% desconfia da instituição, 20% — a maioria — têm pouca confiança e a minoria, 3%, afirma ter muita confiança.

Ao verificarmos a confiança política nos partidos considerando os brasileiros que alegam ter pouca confiança nos outros, constatamos que a maioria desconfia da instituição (16); 14% têm pouca confiança e apenas 2% consideram os partidos muito confiáveis. No que diz respeito aos que não possuem confiança interpessoal, a maioria (47%) julga esta instituição pouco confiável, seguida de 44% que a considera não confiável e de 8% que têm muita confiança.

Em resumo, com base na confiança interpessoal, a maioria dos brasileiros confia pouco nos Partidos Políticos. Correspondem a 47% do total. Em contrapartida, apenas 8% do total considera os partidos uma instituição bastante confiável.

Considerações finais

Os resultados obtidos nesta pesquisa ratificam o consenso da literatura: as instituições políticas brasileiras estão cada vez menos confiáveis no julgamento dos brasileiros. A análise do período de 2010 e 2012 evidencia um progressivo decréscimo do grau de confiabilidade das instituições. De acordo com a percepção dos cidadãos, o Executivo é a instituição mais confiável da democracia (59% em 2010 e 37% em 2012). Em contrapartida, os Partidos Políticos são os que menos gozam de uma avaliação positiva ante o julgamento dos brasileiros, configurando-se assim os menos confiáveis. No que diz respeito ao Judiciário e ao Congresso, ambos apresentam indicadores intermediários de desconfiança e confiança.

A pouca confiança que os cidadãos depositam sobre as instituições democráticas pode interferir diretamente na própria concepção de democracia, afirma Moisés (2010). Ou seja, embora a democracia seja regida por princípios tais como a garantia de direitos civis, políticos e sociais, a garantia do sufrágio universal e a garantia constitucional de eleições regulares e transparentes — o que denominamos de Estado Democrático de Direito —, é necessário para a legitimação de tal desenho



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

institucional, a materialização destes direitos e garantias. É a materialidade dos direitos que confere maior legitimidade às instituições do regime. Como assinala Moisés, as instituições devem “assegurar a distribuição de poder na sociedade e também a possibilidade dos cidadãos, em sua condição de eleitores, avaliarem e julgarem o desempenho dos que governam em seu nome” (Moisés, 2010, p. 271).

Em suma, os brasileiros não *acreditam* muito nas instituições democráticas. Para sermos mais precisos, eles não acreditam no seu funcionamento (Baquero, 1994; Moisés, 2010; Denise, 2004.). Ou seja, as instituições do regime democrático não estão correspondendo ao que é esperado pela sociedade civil. Por este motivo, a confiança política pode servir como um eficaz parâmetro para a organização e consolidação da democracia.

É necessário, portanto, que as pesquisas sobre confiança política no Brasil centrem-se nos determinantes, nas consequências e na relação da confiança com a democracia, principalmente quanto à consolidação efetiva desta.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

REFERÊNCIAS

ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture*. Princeton: Princeton University Press. 1963.

_____. *The Civic Culture Revisited*. Boston, Toronto: Little, Brown and Company. 1989.

ARRETCHE, Marta. *A agenda institucional*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 22. Nº 64. 2007.

BOOTH, John e RICHARD, Patricia. “A Formação do Capital Social na América Central: violência política, repressão, dor e perda”. *Opinião Pública*, vol VII, número 1, Campinas, pp. 75-99. 2001.

DE LAS AMÉRICAS, Barómetro. *Proyecto de Opinión Pública de América Latina* (LAPOP), [www. Lapop-Surveys. org](http://www.lapop-surveys.org). Disponível em < http://www.vanderbilt.edu/lapop/LAPOP121814_Spanish.pdf >. Acessado em 20 de dezembro de 2016.

FERES JÚNIOR, João.; EISENBERG, José (2006). Dormindo com o Inimigo: uma Crítica Analítica ao Conceito de Confiança. *Dados*, vol 49, número 3, Rio de Janeiro. 2006.

INGLEHART, Ronald. "Trust, well-being and democracy." *Democracy and trust*. Vol. 88 (1999).

INGLEHART, Ronald. “The Renaissance of Political Culture”. *American Political Science Review*. Vol. 82, nº 4. 1998.

LAGOS, Marta. A máscara sorridente da América Latina. **Opinião pública**, v. 6, n. 1, p. 1-16, 2000.

LOPES, Denise M. N. N. "Para pensar a confiança e a cultura política na América Latina". *Opinião Pública*, Campinas, vol. X, nº 1, p. 162-188, 2003.

MOISÉS, J. A. & MENEGUELLO, R. (orgs.) *A Desconfiança Política e os Seus Impactos na Qualidade da Democracia*. São Paulo: Edusp, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. "Cidadania, confiança e instituições democráticas." *Lua Nova* 65 (2005): 71-94.

_____. “Democracia e Confiança- Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Democráticas?.” *São Paulo: Edusp*. 2010.

MULLER, E. N. & SELIGSON, Mitchell. "Civic Culture and Democracy: The Question of Causal Relationships". *American Political Science Review*. vol 88, nº 3, p.635-654, 1994.



II Congreso Latinoamericano de Teoría Social y Teoría Política

“Horizontes y dilemas del pensamiento contemporáneo en el sur global”
Buenos Aires, 2 al 4 de Agosto de 2017

NEWTON, Kenneth; NORRIS, Pippa. "Confidence in Public Institutions: Faith, Culture, or Performance". In: PHARR, Susan e PUTNAM, Robert. *Disaffected Democracies*. Princeton: Princeton University Press. 2000

NORRIS, Pippa. "Institutional explanations for political support." *Critical citizens: Global support for democratic governance*. 1999.

O'DONNELL, Guillermo. "Accountability Horizontal e Novas Poliarquias". *Lua Nova*. 1998, n.44, pp. 27-54. 1998.

POWER, Timothy J., and Giselle D. JAMISON. "Desconfiança política na América Latina." *Opinião Pública* 11.1 (2005): 64-93.

PUTNAM, Robert David. *Comunidade e democracia: a Experiência da Itália Moderna*. FGV Editora, 2000.

RENNÓ, Lúcio. "Instituições, cultura política e lógica da desconfiança numa cidade brasileira". In: BAQUERO, Marcello (org) *Desafios da Democratização na América Latina*. 1998.

_____. "Confiança Interpessoal e Comportamento Político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina". *Opinião Pública*, vol. VII, número 1. 2001.

SELIGSON, Mitchell &RENNÓ, Lúcio. "Mensurando confiança interpessoal: Notas acerca de um conceito multidimensional". *Dados*, Rio de Janeiro, vol 43, n° 4, p. 783-803. 2000.